

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
Departamento de Serviço Social

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**UM PRESENTE DE PASSADOS: CICLOS ININTERRUPTOS DE EXPLORAÇÃO
DO TERRITÓRIO UAMIÍ ATÉ SUA CONFORMAÇÃO AO QUADRILÁTERO
FERRÍFERO EM MINAS GERAIS**

Karen de Paula Jacinto

MARIANA, MG
2023

Karen de Paula Jacinto

**UM PRESENTE DE PASSADOS: CICLOS ININTERRUPTOS DE EXPLORAÇÃO
DO TERRITÓRIO UAMIÍ ATÉ SUA CONFORMAÇÃO AO QUADRILÁTERO
FERRÍFERO EM MINAS GERAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como exigência para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientadora: Prof.^a Raquel Mota Mascarenhas

MARIANA, MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

J12p Jacinto, Karen de Paula.
Um presente de passados [manuscrito]: ciclos ininterruptos de exploração do Território Uaimii até sua conformação ao quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. / Karen de Paula Jacinto. - 2023.
60 f.

Orientadora: Profa. Ma. Raquel Mota Mascarenhas.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Minas Gerais - História. 2. Ferro - Minas e mineração. 3. Mineração.
I. Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 94(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Karen de Paula Jacinto

Um presente de passados: ciclos ininterruptos de exploração do território Uamií até sua conformação ao quadrilátero ferrífero em Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de agosto de 2023

Membros da banca

Ma - Raquel Mota Mascarenhas - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. - Adriana de A. Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto
Assistente Social - Atylana Patrício Fernandes - OCA - Ouro Preto

Raquel Mota Mascarenhas, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/08/2023, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0583979** e o código CRC **6D42BBCF**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, que contribuiu para que meus objetivos fossem alcançados durante os meus anos de estudos aqui nessa graduação. Também por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar diante os desafios que surgiam para a realização deste trabalho, que tantas vezes me fez questionar minhas certezas.

Agradeço aos meus pais, que me incentivaram nos momentos difíceis e pelo apoio demonstrado ao longo de toda minha vida e no período de tempo em que me dediquei a esta graduação. Também por compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Graças a eles, consegui chegar aonde estou e minha aprovação será apenas mais uma etapa desta caminhada de sucesso.

Agradeço também à minha cachorrinha Lassie, pela companhia durante as tardes em que escrevia esse trabalho. Pelo amor incondicional, olhar sincero e livre de críticas, seus gestos de carinho me incentivaram a finalizar essa monografia.

Agradeço à minha orientadora, pela paciência, dedicação, pelo apoio no conteúdo ensinado e orientações precisas durante todo o desenvolvimento deste trabalho, com suas sugestões e compartilhamento de ideias. O êxito na conclusão desta pesquisa não seria o mesmo sem a sua participação.

Agradeço aos amigos e familiares, que estiveram ao meu lado ao longo desses quatro anos, e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Muito obrigado por todas as palavras de coragem e força ao longo desse processo.

Por fim, agradeço por mais esse ciclo finalizado, agradeço por toda a experiência vivenciada através deste período, pois essa foi essencial para me tornar mais forte e me preparar para enfrentar novos desafios.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”
(Marx)

UM PRESENTE DE PASSADOS: CICLOS ININTERRUPTOS DE EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO UAMIÍ ATÉ SUA CONFORMAÇÃO AO QUADRILÁTERO FERRÍFERO EM MINAS GERAIS

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns nexos da constituição histórica do território onde se situa o estado de Minas Gerais. No primeiro capítulo serão contemplados alguns dos elementos históricos referentes ao período de colonização do território brasileiro, com foco na capitania mineira. No segundo capítulo, serão apresentados aspectos históricos sobre a caracterização do território do quadrilátero ferrífero na contemporaneidade. Assim sendo, através de pesquisa bibliográfica, este trabalho de conclusão de curso, pretende ao seu fim demonstrar como ocorreu o processo de dominação histórica do estado de Minas Gerais, através da apresentação da realidade dos territórios minerados no contexto do capitalismo, fazendo com que a partir das reflexões aqui trazidas, ocorra uma maior aproximação sobre a gênese e a persistência de desigualdades sociais e potencialize a organização para (re)existir ao domínio minerário.

Palavras-chave: Constituição histórica. Territórios. Mineração. Dominação.

A PRESENT FROM THE PAST: UNINTERRUPTED CYCLES EXPLORATION UAMIÍ TERRITORY UNTIL CONFORMATION RAILWAY QUADRANGLE IN MINAS GERAIS

ABSTRACT: This work aims to present some connections of the historical constitution of the territory where the state of Minas Gerais is located. In the first chapter, some of the historical elements referring to the period of colonization of the Brazilian territory will be contemplated, focusing on the captaincy of Minas Gerais. In the second chapter, historical aspects of the characterization of the territory of the Iron Quadrangle in contemporary times will be presented. Therefore, through bibliographical research, this course completion work intends to demonstrate how the process of historical domination of the state of Minas Gerais occurred, through the presentation of the reality of the mined territories in the context of capitalism, making the based on the reflections presented here, a closer approximation will occur on the genesis and persistence of social inequalities and empower the organization to (re)exist in the mining domain.

Keywords: Historical Constitution. Territories. Mining. Domination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - DAS MINAS ÀS RUÍNAS: OS CAMINHOS DA MINERAÇÃO NA ROTA DE DEVASTAÇÃO	16
1.1. O início da apropriação do território	16
1.2. O domínio das relações socialmente estabelecidas	22
1.3. A queda do sistema colonial, desenvolvimento de novas comunidades e mecanismos de resistência	27
CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DO EXTRATIVISMO DESORDENADO	34
2.1. O ciclo de apropriação do território	34
2.2. Os impactos do domínio sobre as relações sociais	40
2.3. Ressurgimento de comunidades e avanços nos mecanismos de resistência	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
ANEXOS	58
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se desenvolveu como parte essencial para obtenção de título da graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nele serão abordadas as faces da constituição histórica do estado de Minas Gerais, abordando os desafios históricos das populações inseridas nesses territórios e seu enfrentamento à violência imposta historicamente pelas classes dominantes inseridas em nosso campo social. Diante disso, observamos a necessidade de abordar de forma crítica a atividade mineradora e suas origens na sociedade mineira, assim como às relações e movimentos que dela derivam. Sendo este trabalho uma representação da minha inquietação em torno da constituição histórica brasileira, tratando-a mais especificamente de Minas Gerais, no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Um projeto de pesquisa constitui-se a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e sobretudo de rigor e criatividade. (DESLANDES, 2009, p. 31)

Entendo que a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso envolve amplamente um desafio, seja este para buscar referenciais teóricos ou para qualificar seus pensamentos. Perpassando etapas que te fazem questionar o que até então eram certezas e, principalmente, momentos em que a criatividade e rigor são imprescindíveis para a continuidade da pesquisa.

Segundo Deslandes (2009, p. 32), o projeto de pesquisa se caracteriza como artefato, “porque é tanto fruto da mão de obra humana, intencionalmente criado, quanto no sentido de ser resultado do uso de métodos particulares em pesquisa’ (FGV, 1987). É um instrumento que servirá como guia para as ações do estudo proposto”. Por isso o Trabalho de Conclusão de Curso se configura como artefato, pois é um mecanismo desenvolvido de forma intencional, para alcançar o conhecimento pretendido acerca do tema e, assim, poder delimitar o que busco saber sobre a constituição histórica de Minas Gerais.

Minha análise se apoiará nas várias dimensões de um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo as três de grande importância para buscar fatos e garantir os resultados que pretendo expressar. Nesse sentido, a dimensão técnica contribuirá para minha busca sobre os fatos relevantes durante os períodos históricos em que me apoiarei.

A dimensão técnica, que trata das regras conhecidas, como científicas para a construção de um projeto, isto é, como definir um objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para a investigação. Sendo que a técnica sempre diz respeito à montagem de instrumentos (DEMO, 1991), o projeto de pesquisa é visto nesse sentido como instrumento da investigação (DESLANDES, 2009 p. 34).

Assim como, a dimensão ideológica representará à personalidade que está impressa por quem escreve, com base em minhas particularidades e vivências. Isto é, “a dimensão ideológica se relaciona às escolhas do pesquisador. Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas” (DESLANDES, 2009 p. 34). E, por fim, o trabalho apresentará o resultado da soma dessas duas dimensões, por meio da dimensão científica, que

articula essas duas dimensões anteriores. A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma construção da realidade) através do método científico). Como já dito o método científico permite que a realidade social seja reconstruída, enquanto objeto do conhecimento, através de um projeto de categorização (possuidor de características específicas) que une diretamente o teórico e o empírico. (DESLANDES, 2009 p. 34)

Diante disso, penso na necessidade de estudar acerca da estrutura da sociedade capitalista, da lógica mercadológica que orienta o extrativismo desordenado, os quais resultam em particularidades muito diversas no processo histórico de constituição do estado de Minas Gerais. Dessa forma, serão destacados alguns dos fatos históricos que particularizam a exploração mineral no território mineiro, destacando toda violência associada às populações inseridas nessas terras.

O presente trabalho tratará, então, de uma análise que se atenta à particularidade do território denominado desde o século XX de *Quadrilátero Ferrífero*. No entanto, busca-se resgatar que este teve sua construção iniciada há cerca de bilhões de anos, se originando das crostas continentais, sendo ocupado a tempos imemoráveis por povos indígenas, como o BORUM-KREN. Este povo que denomina o território em que se inere como *Uamú* [avó]. Ou seja, *Quadrilátero Ferrífero* é uma denominação recente, da década de 1950, que considera os depósitos de minério de ferro da área em que atualmente se inserem cidades como Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Mariana, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará e Santa Bárbara. Estes que integram o território originário do povo BORUM-KREN, que abarca localidades situadas nas Serras do Capanema, Batatal, Itacolomi, Caraça e Ouro Branco, bem como nos Vales do alto rio das Velhas, alto rio Paraopeba e alto rio Doce (BAETA; MOREIRA, 2022).

É intrigante perceber que a constituição histórica mineira passa por um processo de transformação desenvolvido através da exploração primitiva ocorrida no século XVII. O modelo de exploração capitalista em sua expressão mais selvagem era demonstrado na escravização de trabalhadores, aos quais podemos destacar as populações de indígenas e negras, que foram severamente impactadas pelo início da mineração nesse território. No qual ainda hoje podemos perceber os efeitos da violência dos colonizadores. Este é, portanto, “o tema de

pesquisa [que] indica a área de interesse ou assunto a ser investigado. Trata-se de uma delimitação ainda bastante ampla” (DESLANDES, 2009, p. 38).

Minha escolha pelo tema é justificada pessoalmente, tanto pela minha inquietação, como também pela evidência que a mineração tem nesse território. A atividade minerária frequentemente é percebida de formas bastante distintas, nas quais podemos constatar os mais diversos modos de pensá-la, contudo o seu início sempre me pareceu algo pouco explorado e também pouco conhecido. Assim, elucido que esse interesse perdurou nos quase quatro anos em que estou inserida na graduação do curso de Serviço Social. Em que pude ampliar meu aprendizado acerca da constituição do estado de Minas Gerais, com base em diversas referências estudadas nas disciplinas dispostas em minha matriz curricular. Pude perceber um pouco mais sobre a dissimulação estratégica presente na história brasileira e, dessa forma, se efetivou minha curiosidade em descobrir mais sobre as origens da constituição histórica desse estado.

Destaco que minha curiosidade foi intensificada pela minha inserção em campo de estágio. Uma vez que o projeto ao qual me vínculo, a OCA¹ atua diretamente em territórios minerados, sendo sediada na cidade de Ouro Preto. Deslandes (2009, p.46) menciona que “a justificativa de ordem pessoal é aquela que situa, de forma sintética, a escolha do problema de estudo na trajetória profissional e biográfica do pesquisador”. De modo que minha pesquisa parte então do meu interesse em compreender determinadas incertezas sobre esse fato que se apresenta frequentemente em nossa sociedade.

Acredito que essa temática é bastante relevante socialmente, visto que estamos inseridos neste território e pouco o conhecemos. Estamos cotidianamente enfrentando efeitos da produção das grandes mineradoras e os tratamos com naturalidade, como se fossem apenas reações adversas. No âmbito social, essa pesquisa é relevante por se propor a elencar conexões históricas que evidenciam continuidades desde o período colonial. Deslandes (2009, p. 47) aponta que “A justificativa de ordem prática diz respeito à construção de subsídios para modificar a realidade em foco, atendendo demandas sociais”.

Por fim, essa pesquisa se justifica no campo do serviço social devido a importância que o tema possui, principalmente se levarmos em conta o fator geográfico do local no qual estamos inseridos. É essencial compreender o impacto da mineração na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, das particularidades das expressões da "questão social" em território

¹ Organização Cultural Ambiental - é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos sediada em Ouro Preto, MG. Seu objetivo consiste em desenvolver atividades socioculturais e educativas para crianças e adolescentes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para transformação social, democratização do acesso à cultura, direitos e às artes em suas variadas linguagens atuando em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

minerado. Nesse sentido, a pesquisa tem o potencial de contribuir para ampliar o conhecimento sobre esse tema, logo

A justificativa de ordem acadêmica de sustenta em vários argumentos: a) de caracterização do nível de conhecimento e da produção acumulada na temática, indicando aí as suas lacunas; b) do potencial para ampliar o conhecimento disponível; c) de promessa de avanço metodológico; d) da importância social do problema. (DESLANDES, 2009, p. 46)

A autora traz que “um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico” (DESLANDES, 2009, p. 39). Assim, o problema de pesquisa é *Quais elementos históricos particularizam a constituição do território do Quadrilátero Ferrífero?*. Explorarei então, meu objeto de pesquisa que aborda “A constituição histórica do território denominado quadrilátero ferrífero”. Segundo Deslandes (2009, p. 39) “a construção de um objeto de estudo científico constitui um verdadeiro exercício contra a ideia de que as coisas estão dadas na realidade e que basta apenas estar atento ao que acontece no cotidiano”.

Diante disso, destacarei meus objetivos que auxiliaram na pesquisa para responder à questão proposta. Baseando-me em Santos (2004 *apud* DESLANDES, 2009, p. 45) entendo que “o objetivo geral diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto. Constitui-se o 'resultado intelectual' a ser obtido no final da pesquisa”. Portanto, meu principal objetivo de pesquisa é *Analisar a constituição histórica do território denominado Quadrilátero Ferrífero*.

Consequentemente, a autora Deslandes, 2009, diz que “os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral”. Tendo os seguintes objetivos específicos: o primeiro *Elencar alguns dos processos históricos globais que culminaram na colonização do território brasileiro conhecido por Minas Gerais*, e o segundo *Identificar alguns nexos históricos entre os processos que caracterizam o território de Minas Gerais no século XVII e no século XXI*.

Dessa forma adotarei os seguintes procedimentos metodológicos, entendo que a metodologia se configura como “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo” (DESLANDES, 2009, p. 46). Dessa forma, para desenvolver meu trabalho faço uso da pesquisa bibliográfica, utilizando referências já publicadas sobre a constituição histórica do estado de Minas Gerais e seus eminentes desdobramentos, ou seja, realizarei uma busca por referências em obras que seguem temáticas próximas à que estou desenvolvendo neste trabalho de conclusão de curso. Portanto, para realizar seleções de

informações que levarão à constituição de minhas considerações sobre a compreensão de novas respostas à alguns questionamentos,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002 p. 44).

Segundo Gil (2002), outro ponto importante na construção da pesquisa é destacar que ela será realizada sem qualquer financiamento, não havendo custos relacionados. E por fim, é importante ressaltar que é essencial o planejamento para cada etapa dessa pesquisa, conforme demonstrado no cronograma em anexo.

CAPÍTULO I - DAS MINAS ÀS RUÍNAS: OS CAMINHOS DA MINERAÇÃO NA ROTA DE DEVASTAÇÃO

“Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”

(Heródoto)

O objetivo central deste capítulo é *elencar alguns dos processos históricos globais que culminaram na colonização do território brasileiro conhecido por Minas Gerais*. Nesse sentido, abordarei, o início da atividade mineradora no estado de Minas Gerais, durante o período colonial. Tratarei mais especificamente o século XVII, com pequenas comparações com os períodos subsequentes, desenvolvendo uma análise acerca da escravização dos povos originários, assim como a experiência de constituição do território conhecido como quadrilátero ferrífero. A atividade mineradora é marcada historicamente por diversas contradições, daremos destaque ao sucateamento que essa laboração promove para alcançar a obtenção de lucro para os grandes capitalistas.

1.1. O início da apropriação do território

Me apoiarei inicialmente na obra de Charles Trocate e Tadzio Coelho, denominada de *Quando vier o silêncio - O problema mineral brasileiro*. Este livro apresenta a mineração pelo viés conflituoso que esta tem traçado historicamente na sociedade brasileira, sobretudo os danos que ela promove nos territórios mineiros.

Segundo os autores, a exploração do território de Minas Gerais teve seu início durante o século XVI, por colonizadores recém chegados à região em busca de minérios preciosos. Essa procura se intensificou durante os anos seguintes, tendo alcançado seu auge em meados do século XVII, quando foi identificado o ouro. Nesse momento, tem início o intenso povoamento de regiões do estado por parte de migrantes, que pretendiam desenvolver ainda mais a procura pelo metal dourado.

Sobre esse período em que ocorre a descoberta do ouro é preciso destacar que o território de Minas Gerais era habitado por diversos povos originários, denominados indígenas. Terei por base aqui, o autor Gersem dos Santos, utilizando mais especificamente o livro *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, em seu terceiro capítulo *Da cidadania à autonomia indígena: um desafio à diversidade cultural*. Em síntese o texto destacado aborda a trajetória de luta pela sobrevivência dos povos indígenas, demonstrando um pouco do sucateamento cultural sofrido por essas populações no passado e também nos dias atuais, assim como algumas de suas conquistas no que diz respeito à cidadania.

Nesse sentido, para conhecer a história de como foi constituído o estado de Minas Gerais, é necessário observar que as diversas populações que aqui viviam durante o período colonial, foram condenadas a devastação não apenas de seus territórios, mas em um cenário mais amplo foram delegadas ao mais cruel extermínio de seus corpos e de sua cultura, que reverbera ainda hoje.

Santos, em sua obra aborda o conceito de território para os povos indígenas como algo plural, que reflete a criação do universo, e que serviu como palco para os mais diversos acontecimentos. Diante disso, entendemos que território para essa população é algo que transcende a limitação imposta pela demarcação territorial. Nessa concepção o território é algo sagrado e que não pode ser facilmente erguido após eventos destrutivos.

Podemos perceber então que a tomada do território para ser minerado, além de um sucateamento em massa dos povos originários, foi uma degradação de toda uma crença, cujo equilíbrio nunca foi retomado. Foram destruídas vidas, cultura, natureza e mais ainda uma grande parte da história do nosso estado, que ainda carece de ser recuperada. Segundo Santos, essa devastação demonstra a destruição de toda uma harmonia entre os povos indígenas, seus corpos e territórios, tudo isso em nome da exploração desordenada que marca a mineração desde seu início.

O território que antes era tratado de forma venerada, passa a ser neste momento desconhecido, não era mais utilizado para existência, sendo transformado em um local de apropriação e derramamento de sangue. O poder de decisão de determinados grupos, passa a ser concentrado nas mãos da exploração econômica, tornando o território um local de manipulação. Que já não reflete mais um lugar onde as decisões são tomadas conjuntamente visando o bem estar coletivo e, sim, o individualismo do modelo econômico capitalista.

Uma outra característica da invasão territorial realizada no período colonial é o desmembramento dos idiomas tradicionais, esse fenômeno desencadeou uma imensa onda de extinção de idiomas utilizados pelos povos originários. Santos aponta em seu texto uma redução mais que significativa ao longo do período de escravização dos povos tradicionalmente inseridos em territórios mineiros, sendo este efeito uma representação das inúmeras grandes perdas trazidas pela colonização.

Nesse sentido, outras questões as quais podemos destacar nesse momento histórico de tomada de territórios dos povos indígenas pelos colonizadores é a guerra sanguinolenta promovida pelas tropas europeias, principalmente os exércitos portugueses. Sobre esse momento, a autora Núbia Braga em seu artigo de 2009, publicado pela *revista Fênix de História e Estudos Culturais*, denominado *A Guerra Sanguinolenta aos Índios no Sertão Colonial*, que

traz uma soma de aspectos sobre esse momento histórico de extermínio de povos originários. A autora, traz a face mais cruel da já mencionada busca por riquezas ocorridas durante os séculos XVII e XVIII no Brasil, aqui trazendo com maior especificidade os territórios mineiros. Ela aborda a violência envolta no processo de povoamento dos territórios de áreas economicamente cobiçadas, onde o povoamento ocorre de forma entrelaçada ao processo de escravização dos povos indígenas.

Nesse período acontecia o auge da extração mineral do ouro, concomitantemente ocorria a resistência indígena em proteger suas terras das formas mais covardes em que ocorriam os ataques portugueses. Os colonizadores buscavam ter controle sobre esses povos que já estavam aqui vivendo no dito momento tratado como “descobrimiento do país”, e para isto se utilizando de métodos violentos para construir uma pacificação sobre os povos originários, transformando os territórios em verdadeiros cenários de guerra. Ou seja, a autora traz em sua obra aspectos que apontam para a construção da civilização que não se firmou de forma pacífica no processo de invasão das terras pelos colonizadores, uma vez que esses invadiram territórios já povoados, promovendo uma enorme destruição por onde passavam, caracterizando suas vítimas por animais ferozes que precisavam ser domados, ou inimigos a serem combatidos.

Aqui podemos perceber que a ideia de cautela como recomendação do governo colonial nunca existiu, pois desde que estes territórios foram invadidos, foram também produzidos estigmas depreciativos sobre a cultura dos povos já aqui estabelecidos. Sempre existiu a necessidade de controlar e civilizar os indígenas, ocasionando não somente no movimento de resistência para manter seus corpos e territórios autônomos, ou seja, (re)existir na manutenção de sua cultura. Como destaca Braga, a legislação que vigorava no período colonial sobre os povos indígenas, no período ao qual Gomes Freire presidiu Minas Gerais ainda com o status de capitania, expressava a grande preocupação em promover o avanço da exploração e combater a resistência indígena. Portanto, a dominação foi intencionalmente realizada sobre os corpos e os territórios desses povos, sendo que os colonizadores, inclusive, se apropriaram dos conhecimentos indígenas para a extração de minérios, destituindo-os do espaço e reduzindo expressivamente os povos originários.

Ademais, posteriormente aos que conseguiram sobreviver restou a existência em um período árduo no qual pode ser destacado o roubo de suas identidades, via uma conversão a uma nova forma de cultura, através da pacificação via catequização que os distanciava de suas origens livres. No entanto, segundo Braga, sobre todo esse processo podemos destacar que as políticas indigenistas dos governos coloniais contribuíram tanto para a devastação desses povos,

quanto para a fundação da insegurança sempre presente. Em que essas populações viviam o temos constante da iminência dos momentos de guerrear.

O fato, que retomaremos mais à frente, é que nesse momento pós genocídio da população indígena da capitania de Minas Gerais, tem-se a inserção dos povos negros, sequestrados em grande parte dos países africanos e trazidos ao Brasil por meio dos navios, como força de trabalho escravizada injetada no ciclo de ouro do século XVIII. Tanto é que conforme Souza e Reis, em *Técnicas Mineratórias e Escravidão nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX: Uma Análise Comparativa e Introdutória*. Podemos entender um pouco mais sobre como se deu a extração mineral em Minas Gerais. Assim que se deu o reconhecimento do ouro como metal precioso, uma enorme movimentação foi desencadeada para a retirada deste e, posteriormente, sua exportação para o velho continente. Neste período além da mão de obra advinda de alguns países europeus, ocorreria também o início da escravização, em maior escala de povos indígenas e, posteriormente, de povos negros de África.

Para se avaliar este impacto da disseminação do ouro, à época, em Minas Gerais, basta observar, para Martins e Brito (1989), que, em 1814, com a mineração em franca decadência e total refluxo, ainda havia mais de quinhentas lavras em operação distribuídas por 138 distritos e 49 freguesias. (SOUZA e REIS, 2006, p.01)

Com base nesses dados podemos associar que no século XVII, onde a economia aurífera vivia seu auge o número de minas em operação nos mais distintos locais, deveria ser exponencialmente maior. Esse movimento fazia ser ainda mais necessária a inserção de mão de obra, nesse caso os trabalhadores eram explorados incansavelmente, em sua maioria escravizados. As técnicas para extração mineral eram bastante arriscadas, as descidas as minas muitas vezes representavam condições de bastante insegurança, assim como as implosões que ocorriam dentro dessas, quando não existiam nem mesmo equipamentos para segurança básica.

No Setecentos, foi tentada, em algumas regiões das Minas, a mineração subterrânea para atingir os filões mais profundos. Para tanto, nos períodos de seca, foi usada a Nora, antigo aparelho hidráulico, um rosário de çaçambas, o que não impediu os desmoronamentos frequentes. (SOUZA, REIS, 2006, p. 04)

No meio desses processos violentos, o que se pode destacar é a obtenção de grandes quantias de ouro por parte dos detentores dos meios de produção, que submetiam a camada trabalhadora a condições de vivência insalubres para garantir seu enriquecimento. Onde seguindo as autoras, podemos mencionar que os principais sujeitos envolvidos nas atividades mais arriscadas, eram os escravizados, que se destroem em busca de meios para garantir sua liberdade.

A mineração avançava intensamente à medida que se exportava ouro para países europeus, que naquele momento vivenciavam os impactos da decrescente arrecadação que

advinha da economia açucareira, desencadeando uma nova atividade econômica para a geração de renda em Portugal. Nos anos seguintes o país explorava incansavelmente os rios e minas mineiros em busca do ouro, cobrando altos impostos para os colonizadores instalados no Brasil, contudo grande parte do ouro extraído terminava na Inglaterra, devido à subordinação econômica de Portugal. Contudo, com o passar dos anos o ouro ia se tornando cada vez mais raro, e as cobranças de impostos seguiram aumentando, sendo essas explicadas pela necessidade de Portugal captar recursos, inclusive para se reerguer após terremoto que havia atingido o país.

É nesse contexto que cidades mineiras, como a atual Ouro Preto, vivenciaram o ápice de seu avanço populacional. Nessa crescente, as altas cobranças de impostos por parte de Portugal, desencadeou grandes descontentamentos na população, sendo esse fator um impulsionador dos tantos conflitos que marcaram o período. A exemplo das Guerra dos Emboabas, no século XVII, que ocorreu devido a divergências entre o estado de São Paulo e Portugal, pelo controle da extração de ouro em Minas Gerais.

Nesse momento me apoiarei então, no livro *Questão social, mineração e serviço social: Reflexões a partir da região dos inconfidentes*, no texto *Duas faces do mesmo monstro*, da autora Raquel Mota Mascarenhas. Ela traz reflexões sobre a realidade dos territórios mineiros, mais especificamente na região dos inconfidentes, trazendo elementos da questão social e da questão ambiental. Uma importante dinâmica que a autora aborda é a fundação desses locais, que persiste historicamente, ancorados na relação econômica de dependência, uma grande exploração sobre as forças de trabalho e também sobre as forças produtivas. Nesse sentido, podemos observar a colonização como um processo capitalista em que se estabelece uma devastação em amplo sentido, ocasionando a destruição de vidas em nome do enriquecimento de outros países.

Nesse sentido, a relação de dependência se traduz no processo de apropriação primitiva, onde a mineração representa um meio de dominação de um território, logo também de sua população, para se tornar um setor privilegiado para a geração de riquezas dos grandes centros capitalistas. Esse domínio se constitui como relações sociais, visto que o processo de colonização está interligado à forma como se estabelecem as questões de gênero, raça, sexo, classe e meio ambiente.

Diante disso se inicia uma troca de desigualdades, não somente nas relações de trabalho, mas por diversas outras perspectivas, principalmente para levar ao fortalecimento da lógica mercadológica. Para isso, observamos em Valadares, *A resistência negra e quilombola: Um reflexo das memórias históricas da sociedade escravista do século XIX*. que:

Dentro da perspectiva Mercantilista, na qual deveríamos, enquanto dominados abastecer a economia metropolitana, os colonos usaram o trabalho indígena, na exploração do pau-brasil, que era uma árvore abundante naquele local, e na obtenção das riquezas da terra. Os colonos desenvolveram um tipo de comércio primitivo com índios, denominado escambo, que era a troca de objetos desconhecidos pelos índios, pela extração e transporte do pau-brasil, para os portugueses até o litoral. (VALADARES, 2020, p.04)

Dessa forma, podemos perceber um pouco mais sobre como se deu o domínio do território pelo capital, logo no início do período colonial, uma vez que os exploradores já chegam ao país desenvolvendo relações mercadológicas de troca injustas. Nesse sentido, os portugueses exploravam os povos originários através de relações comerciais que antecedem a sua escravização desses e de povos negros de África. Sobre esses últimos em particular, como explicita Valadares (2020), a rotina era seres depositados em senzalas, sem o mínimo para sua manutenção, sendo constantemente oprimidos e obrigados a negarem suas crenças. Além disso, eram obrigados a utilizarem a língua portuguesa, sendo assim eram persuadidos a deixar de lado sua língua natural.

Sobre as mulheres, o autor argumenta que essas eram pressionadas a se envolverem com os trabalhos domésticos nas Casas Grandes, assim como eram destinadas a criação dos filhos dos senhores, além de terem de se afastar da criação dos próprios filhos, e constantemente vítimas do assédio de seus patrões. Por essa via, as mulheres sofriam além da discriminação racista, também a misoginia.

Nesse contexto, era comum a exploração do trabalho infantil, como mão de obra ainda mais barata, e que podia desempenhar atividades que não eram possíveis para escravizados adultos. O trabalho escravo infantil se configurava então como uma forma mais desumana de escravização, onde esse público se desenvolvia desde cedo em condições precárias, muitos não alcançavam a idade adulta devido as condições em que estavam submetidos.

Desenvolve-se então durante o período colonial, uma série de relações de raça, de sexo e de classe marcadas pela submissão ao colonizador. Nesse momento, as relações de trabalho se davam de forma exaustiva, no entanto os povos negros não deixavam de buscar alcançar seu status de pessoa livre, cuja via também inclui a fuga. Essa era tida como meio de iniciar um novo ciclo de vida, sem exploração ou opressão, contudo o que acontecia eram novos desafios, seja para se estabelecer em novas comunidades ou em se desenvolver novas formas de trabalho para garantir sua subsistência.

Conforme aponta Mascarenhas (2023), nesse contexto do ciclo do ouro, tanto as populações indígenas quanto as populações negras foram vitimadas pelo roubo estratégico de suas tecnologias, como o conhecimento do espaço e as técnicas de escavação, permanecendo a

necessidade de reconhecimento desse conhecimento. Ou seja, persiste ainda hoje o equivocado entendimento das muitas de suas criações como de autoria de outros povos, uma vez que o reconhecimento nunca chegou até sua verdadeira origem cultural. Consequentemente, isso reflete por um lado na exaltação do que vem de fora, algo que acredito ser ainda muito presente em nossa sociedade, e por consequência na hostilização do que advém dos povos originários de seus territórios pré-capitalismo, sejam eles indígenas ou negros. Ou seja, mesmo passado expressivamente o período colonial, o racismo permanece exposto em nossa cultura, por exemplo, deslegitimando nossa ancestralidade.

1.2. O domínio das relações socialmente estabelecidas

Acompanhando a história da atividade mineradora, podemos perceber que diversos acontecimentos voltam a se repetir, explicitando a necessidade de que se discuta a formação social do estado Minas Gerais, para entender os conflitos societários da região atualmente e também viabilizar a manifestação da voz dos que foram historicamente silenciados nesse processo.

Segundo Paloma Guitarrara, em seu artigo *Imigração no Brasil*, grande número de pessoas que migraram para o estado em 1800, fez com que a composição social se tornasse muito diversificada e dessa forma contribuiu também para a propagação de desigualdades sociais, que persistiram ao longo do tempo. Nesse momento já era possível observar os índices de subemprego e exploração irregular da mão de obra de migrantes e locais, era de grande visibilidade às pessoas vivendo em condições precárias, absolutamente desumanas.

A autora traz que, muitos indivíduos eram obrigados a se inserir em funções que colocavam suas vidas em risco cotidianamente e acabavam vivendo em situações de extrema pobreza e desigualdade. Outro ponto, é que naquele momento a abolição da escravatura ainda não havia sido assinada, com grande parte desses trabalhadores que chegavam às cidades mineiras sendo homens que conseguiram sua carta de alforria e buscavam melhores condições de vida, que vinham sozinhos ou acompanhado de suas famílias.

Contudo, esses eram inseridos em novas situações análogas à escravidão, muitas vezes incapazes de garantir sua própria subsistência e de seus dependentes, como trazem Trocate e Coelho. Um destaque para os trabalhadores que migraram para trabalhar na mineração é que esses por vezes eram trazidos coercitivamente, como no ápice da extração do ouro em navios de tráfico negreiro, mas também mobilizados com motivações enganosas, que não se cumpriam

de fato e que, posteriormente, os arremessavam para a marginalização e abandono, sendo alvo do controle coercitivos dos aparatos repressivos do Estado.

Além disso, pouco se sabe sobre os “acidentes” na mineração enquanto acontecimentos antigos na história da humanidade, pois sempre fruto da exploração desordenada de grandes organizações mineradoras. Os autores trazem, por exemplo, o que aconteceu no século XIX, quando a *Saint John Del Rey*, empresa de mineração de grande relevância em Minas Gerais, se negou a divulgar aos equipamentos midiáticos do período o número de vítimas acometidas por desabamento de uma de suas minas, permanecendo a impossibilidade de dimensionar ao certo quantos perderam a vida nessa tragédia. Ou seja,

Antes, a mina já havia sido palco de dois grandes acidentes. Em 1857, o madeirame de sustentação desabou resultando na destruição de parte dela. Já em 1867, ocorreu um incêndio nas vigas de escoramento que vitimou 21 negros escravizados e um mineiro inglês (Libby, 1985). Após o incêndio, a imprensa local temia os efeitos da paralisação da mina sobre a economia local (Milanez et al., 2019). Dentre as preocupações expostas no jornal *O Constitucional* estavam a preservação dos postos de trabalho, a situação dos comerciantes (fabricantes de ferro, tropeiros, carreiros e a companhia União e Indústria), que vendiam seus produtos à empresa, e a arrecadação decorrente das atividades da Morro Velho (Libby, 1985). (TROCATE, COELHO, 2020, p. 22)

Mas desde o começo do século XVI, já era possível dimensionar os impactos que a mineração causaria a longo prazo nos territórios mineiros. A atividade mineradora chegou em nosso território como uma atividade violenta, tendo sua gênese interligada a dizimação de diversos povos originários, como os acima citados indígenas. Como mencionam Trocate e Coelho (2020, p.24), “a geração sistemática de crimes na atividade mineradora não é ocasional, mas uma continuidade funesta criada pela forma através da qual a atividade mineradora é organizada no país”.

Nesse aspecto, o portal DMT em Debate, Democracia e Mundo do Trabalho traz na publicação de Estêvão Bertoni, *Às vítimas da mineração no Brasil ao longo da história*, um pouco mais sobre os acidentes pouco conhecidos na história da mineração em Minas Gerais durante os séculos passados, destacado como as mineradoras atuaram diante dessas tragédias e quais foram as vítimas. Segundo o autor, no ano de 1884 em Itabira ocorria um grande desabamento de pedras em um poço presente em uma das minas da companhia inglesa denominada como *Brazilian Company Limited*, na atual região dos inconfidentes.

O desastre de maiores proporções ocorrido numa mina já registrado aconteceu em São João del Rei onde, segundo Eschwege, foram soterrados 200 negros e 11 feitores (ele não informou o ano do acidente). A Brazilian Company Limited em Itabira do Campo contabiliza dois grandes acidentes: o primeiro antes de 1830, quando um desabamento enterrou grande número de mineiros; o segundo, em 1884, quando morreram mais de cem operários. (BERTONI, 2019, p. 04)

O desabamento fez com que uma série de pedras desmoronasse fechando as saídas do local que no momento contava com a presença de centenas de trabalhadores, sem que restassem sobreviventes, visto que o resgate não foi possível ou talvez nem buscado com persistência. Então a mineradora optou pela inundação da mina, sobre o entendimento próprio de que a iniciativa terminaria com o sofrimento dos trabalhadores presentes no local. Segundo o autor, podemos mencionar ainda o caso das tragédias de Morro Velho em Nova Lima. Ocasão em que também não foi possível informar de forma assertiva o número de vítimas, com falta de precisão quanto às reais características dessas tragédias que ceifavam vidas. Ou seja,

É preciso lembrar ainda dois graves acidentes ocorridos na Mina de Morro Velho em Nova Lima: o primeiro foi um incêndio seguido de desabamento ocorrido em 1867 ceifando a vida de 17 escravos e de um inglês; o segundo, o grande acidente de 1886 — lamentavelmente, as fontes não são precisas quanto ao número de mortos, algumas falam em “numerosas vítimas”. O jornal *O Estado de Minas* noticiou que “ficam soterrados 34 mineiros”; Paul Ferrand diz que aconteceu “sepultando sob os escombros diversos operários chineses empregados na mina”. (BERTONI, 2019, p. 04)

Outro fato que o autor aborda, no século XX, é o acontecimento de um acidente com um menino de apenas 11 anos, no dia 14 de outubro de 1922, em uma das minas da empresa *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited*. João Nepomuceno dos Santos, era apenas uma criança que fora vítima da exploração desordenada, uma das tantas que pouco foram lembradas na história da mineração.

Segundo o autor, ocorriam cotidianamente diversos desses descritos como acidentes, seja desabamentos, inundações, explosões mal sucedidas, atropelamentos por pequenos carrinhos que transitavam nas minas com os materiais de trabalho e outros recursos, além de contaminações devido às substâncias tóxicas dentro das minas, a tuberculose disseminada, etc. Nesse sentido, foram necessárias criações de hospitais nas cidades próximas para atenuar o número de vítimas que a mineração fazia, como em Mariana e Nova Lima.

O autor traz até mesmo a expressão “*auri sacra fames*”, para qualificar um pouco da mineração nos séculos passados, observando o que a maldita fome do ouro representa em nossa sociedade através dos tempos. Baseando-se também no autor Rafael Freitas e Souza em *O Ouro Gosta de Sangue*, Bertoni, nos possibilita fazer a conexão ainda mais clara entre a troca sistêmica que ocorre da extração do ouro e outros minerais pelo preço da vida humana.

Desde o mundo antigo, o ouro era encarado como se fosse uma entidade que habita o mundo subterrâneo. Essa resposta foi dada justamente quando lhe perguntei por que ocorriam tantos acidentes na Mina da Passagem situada em Mariana. Ou seja, trata-se de uma mentalidade que remonta à mineração no período romano quando as condições de trabalho eram muito adversas. Eram tão letais que ser condenado ao trabalho nas minas equivalia a uma pena de morte indireta. Historicamente, é preciso entender que

se trata de uma forma pré-científica de explicar as causas dos acidentes e mortes dos mineiros. (BERTONI, 2019 p.01)

Dessa forma, podemos observar que se estabelece historicamente uma naturalização dos danos trazidos pela mineração, onde todos seus aspectos negativos são colocados em segundo plano, quase como se houvesse uma aceitação. Bertoni (2019, p. 01) até mesmo traz que “quando um deles estava com silicose em estado avançado (que é uma doença incurável provocada pelo acúmulo de partículas de poeira nos pulmões devido à exposição contínua), o outro abreviava o seu sofrimento”. Nesse sentido os trabalhadores se sentiam destinados àquela situação, sendo um fim inevitável, apenas uma consequência de seus trabalhos.

Segundo o autor, são muitos os documentos históricos existentes que comprovam as condições de trabalho insalubres vivenciadas nesse período, como longas jornadas de trabalho, ambientes das minas que favoreciam o surgimento de doenças na pele, alimentação realizada de forma precária e irregular, além de tantos outros prejuízos a saúde.

Segundo o autor, no século XIX, as condições precárias de trabalho permaneciam e novos problemas surgiam com as modernizações trazidas pelo novo século, como por exemplo os novos maquinários. Além disso, eram péssimas as remunerações pelo trabalho, comprometendo a sobrevivência dos trabalhadores, que até esse momento não tinham qualquer direito trabalhista.

Desde o século 17 havia uma legislação preocupada com a prevenção de acidentes. O Regimento de 1603 estabelecia que os escoramentos e respiradouros deveriam ser feitos antes de iniciarem os trabalhos para evitar acidentes; a fiscalização ficava a cargo do Provedor e de um oficial mineiro prático. Mas, não passou de letra morta, pois essa fiscalização não era efetiva pela falta de pessoal e tráfico de influências. E mais, os escoramentos eram feitos à medida que as galerias avançavam. (BERTONI, 2019 p.03)

Segundo o autor, portanto, embora existente a legislação tinha efeito nulo, pois não garantiam qualquer proteção ao trabalhador, um tanto devido à inércia do governo e somada as grandes mineradoras e seu interesse exclusivo na obtenção de lucro, ao qual persiste em todos os períodos já conhecidos da história do estado de Minas Gerais.

O primeiro documento a regulamentar a mineração em Minas foi o Regimento do Superintendente, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro de 1702. Este Regimento vigorou, com pequenas modificações, até o Império e não possui um único artigo que denote preocupação com a prevenção de acidentes de trabalho e cuidados a proteção à saúde dos mineiros. (BERTONI, 2019, p. 03)

Dessa forma, ocasionaram revoltas em busca de melhores condições para o exercício dos trabalhos nas minas, como é o caso da revolta de escravizados ocorrida em Diamantina. Eram necessárias melhorias nas situações em que estavam inseridos, restando a luta contra aqueles que lhes colocavam em formas adversas para realizarem suas atividades.

Conseqüentemente, a expectativa de vida era bastante reduzida e muitos não alcançaram os 20 anos, entretanto, podemos perceber que os próprios trabalhadores eram responsabilizados por sua situação, quando as forças públicas os responsabilizavam pelos acidentes pelos quais eram acometidos.

Em 1789, a Câmara de Mariana apresentou à rainha de Portugal as causas determinantes da redução dos impostos que lhe eram devidos. Dentre elas, figuram os sucessivos acidentes provocados pela imprudência de mineiros que não observavam as mínimas condutas de segurança. (BERTONI, 2019, p. 04)

O autor traz que até mesmo visitantes observavam os trabalhos dos mineiros, e relacionavam os incidentes que ocorriam à falta de segurança em seus atos de extração. Dessa forma, foram se sucedendo inúmeros desastres, ceifando incontáveis vidas, sem que houvesse qualquer intervenção para melhorar as condições de segurança dos locais de trabalho. Bem como a ausência de medidas paliativas posterior, não existiam nesse período qualquer política de seguridade, deixando várias famílias em total desamparo quando em perda dos seus principais mantenedores.

Diante disso, conseguimos associar ao que a autora Mascarenhas (2023) traz sobre o território ser organizado pelo monstro, uma vez que o monstro não somente organiza o território, mas também delimita até onde podemos caminhar, e o que acontece quando ultrapassamos os limites impostos por ele. Dessa forma, devemos nos organizar para ultrapassar essas barreiras e derrotar o monstro que nos faz reféns em nosso próprio território, orientando cotidianamente nossos passos devido a dependência que estabelecemos com ele historicamente.

Desde a chegada dos portugueses o monstro habita sobre nosso teto, não nos deixa alternativas que não sejam conviver com ele e seus tão nocivos impactos, formas de organização para combater o monstro vem se efetivando. No entanto, o monstro ainda se faz forte, dessa forma é necessário que continuemos nos organizando para encontrar fragilidades no monstro e assim o derrotar.

Não podemos deixar o monstro continuar abalando nossa saúde não somente física, mas também tantas outras formas que a impactam. As ações deste monstro devem ser freadas, para que consigamos nos recuperar dos efeitos por ele trazidos já há tanto tempo. Com a autora podemos acompanhar como os rastros de contaminação persistem ao longo tempo, as tragédias deixam marcas duradouras, por isso a necessidade de nos sobressair de suas estruturas e reconhecer que somos todas vítimas desse monstro, desde muito tempo.

1.3. A queda do sistema colonial, desenvolvimento de novas comunidades e mecanismos de resistência

Neste tópico podemos acompanhar sobre a aproximada relação que se desenvolve historicamente em territórios mineiros, entre a efetivação da atividade mineradora e a naturalização da colonização dos povos que habitam as Minas Gerais. Nesse sentido, apresento o fim do sistema colonial e a adaptação histórica da mineração que determinou a necessidade da organização de novas comunidades com distintas características de povoamento, além de forçada migração dos povos que representou uma mudança do ambiente rural, para constituir um território mais urbanizado.

Como já percebemos com base nos autores até aqui utilizados, a constituição histórica do território de Minas Gerais é resultado direto da exploração mineral, marcando a história de toda a região, tão diversificada e conflituosa. Quando se iniciaram as explorações nos territórios mineiros também foi iniciada a escravização dos povos originários e identificadas as minas de ouro, como via de geração de lucro à metrópole portuguesa que, desde então, foi se apropriando e ampliando as técnicas de mineração.

Segundo os autores podemos associar que conjuntamente com o avanço nas técnicas de minerar, avançavam as condições de exploração que os povos originários sofriam, sendo estabelecidos como seres subjugados e reféns do domínio português. Sobre isso, o autor Silva (1995) traz em *A mineração em Minas Gerais: Passado, presente e futuro*, que não havia qualquer tipo de ação para proteger esses povos, pelo contrário eram incitadas guerras pelos mandos da metrópole portuguesa. Em que “as autoridades, como sempre, estavam ausentes nas funções de encaminhar soluções aos problemas, mas muito presentes na cobrança do quinto e na manutenção de seus privilégios corporativistas” (SILVA, 1995, p.77). Podemos perceber que pouco eram pensadas as necessidades dos povos aqui inseridos, pois a prioridade era evitar o fim dos recursos para continuidade da extração mineral.

O autor traz que com a migração da coroa portuguesa ao Brasil e a estabilização de D. João VI na antiga capital Rio de Janeiro, se desenvolveram medidas para controle dos recursos destinados à continuidade da mineração, evitando que essa tivesse seu esgotamento. Ocorrendo até mesmo a contratação de profissionais com o intuito de estudar os estados das fontes minerárias em Minas Gerais e buscar alternativas para recuperar alguns dos danos já visíveis, dentre os quais se destacam os trabalhos do barão de Eschwege.

A ação de Eschwege não se limitou a sugerir, projetar, aconselhar (e ser muito pouco acatado). Ele criou a primeira verdadeira empresa de mineração ao fundar a Sociedade Mineralógica de Passagem, com objetivo de dar continuidade à lavra da camada

aurífera que mergulhava à margem direita do ribeirão do Carmo, em Passagem de Mariana. Na margem esquerda, a camada havia sido lavrada, após ter sido exposta pela remoção do minério de ferro a ela sobrejacente. (SILVA, 1995, p.78)

Segundo o autor, o barão buscou muitas alternativas para garantir que as ações da empresa continuassem a se desenvolver, evoluindo os recursos para atividade mineradora e fortalecendo a colonização dos nossos territórios. Esse processo ilustra o contexto em que, com base em Trocate e Coelho, percebemos como o início do ciclo de revoluções no mundo, cujo consequente avanço da Revolução Francesa na Europa no final do século XVII sinalizava que o sistema colonial começava a dar sinais de que não duraria mais muito tempo no Brasil. Era momento de crise econômica no mundo, as aristocracias estavam em decadência ao longo de toda nação, eram frequentes as revoltas sociais, motivadas principalmente pelas intensivas criações de impostos pelas monarquias, enquanto a sociedade vivenciava a carência de alternativas para sobreviver.

Segundo os autores, foi nesse momento histórico que os povos brasileiros, cansados pela constante negligência da metrópole em relação à colônia, faziam com que surgissem pensamentos acerca da necessidade de romper com a estrutura até então vigente. Nesse sentido, começava a se visualizar um cenário de questionamento e consequente enfraquecimento da colonização. Cujo principal descontentamento se dava pela nova classe social, a burguesia, perante a alta cobrança de impostos, destinados à coroa, que apenas fazia retiradas do país, e não entregava nenhuma melhoria para as condições de vida dessa parcela da população. Além disso, nesse momento acontecia também um crescimento do número de negros alforriados, as populações indígenas haviam em grande parte migrado para novos territórios, devido às séries de dificuldades perante a violência sofrida pelas mãos dos portugueses. Mas, eram muitas as pessoas que buscavam se inserir na mineração como trabalhadores, devido à falta de alternativas para se estabelecer socialmente. Visto que muitos passaram toda sua vida inseridos em situação de escravização na extração de minérios e não conseguiam se inserir em novas funções, além disso a própria sociedade não tinha um plano para o período imediato pós-abolição.

Segundo os autores, esse movimento contribuiu também para a ocupação dos novos centros urbanos, localizados no interior do estado. Foram construídas casas, lojas, igrejas, e também organizações voltadas ao controle social, devido à crescente marginalização social. Outro ponto que contribuiu para a formação desses centros urbanos, era o enfraquecimento da economia açucareira em outros estados, fazendo com que novas populações alcançassem Minas Gerais, eram estes os imigrantes Italianos, Alemães, Espanhóis, Sírios, Africanos e povos originários até então inseridos em outros territórios. Portanto, neste período se tem uma nova

composição para um território urbanizado, que se chamavam vilas. Essa transformação mais tarde culminará nas cidades constituintes do Quadrilátero ferrífero, uma formação tão diversificada não apenas do ponto de vista populacional, mas também por sua localização geográfica promissora no que se refere à disposição de minérios.

Como podemos observar em acordo com os autores, muitas transformações alcançam a sociedade através do tempo, com constantes transformações tecnológicas em paralelo a organizações de revoluções. Por mais diversas vezes que podemos percebê-las, nem todas as realidades são transformadas através do tempo, mudam-se os cenários, alteram-se os sujeitos, mas ainda assim tantas são as estruturas que nunca se modificam. É sim importante reconhecer a atividade mineradora como uma função que auxiliou no desenvolvimento da humanidade ao longo dos séculos, mas é essencial que se perceba os seus trágicos impactos sociais em escalas equânimes. São muitas as desigualdades sociais que se desenvolvem ao mesmo tempo que a mineração, especificamente no território mineiro.

Segundo os autores podemos perceber que no século XVII, a população de Minas Gerais possuía muitas condições para se desenvolver economicamente, no entanto crescia o número de pessoas em situação de miséria no território, devido aos impactos da mineração. O ouro que era retirado nas minas do estado, era todo voltado para a coroa portuguesa, e por consequência para exportação para outros países europeus. Com uma população composta por grande número de habitantes, enorme também eram os índices dos que ficavam à margem do desenvolvimento socioeconômico. Determinada fração da população, não podia sequer ter acesso a construções populares, como por exemplo as igrejas. A segregação social era evidente no Brasil colônia, fazendo com que muitas parcelas dos excluídos socialmente migrassem para locais afastados, nos quais iniciam a ocupação para lutar por melhores condições de existência.

Nos três mecanismos de intensificação da exploração são negadas ao trabalhador as condições necessárias para a sua sobrevivência e de sua família. As duas primeiras ao aumentar o dispêndio da força de trabalho, e na terceira ao negar a possibilidade de consumir aquilo que é estritamente necessário para sua vitalidade. A superexploração se caracteriza pelo fato de que a força de trabalho é remunerada abaixo do nível mínimo necessário para sua reposição. (TROCATE, COELHO, 2020 P.41)

Sobre isso, podemos compreender um pouco mais em *História Oral, Territorialidades e Identidades Quilombolas: Furquim, Mariana, Minas Gerais* de Leonam Maxney Carvalho, no artigo o autor apresenta perspectivas sobre a reconstrução dos quilombos, com especificidade na cidade de Mariana e no sentido mais amplo, no estado de Minas Gerais nos dias atuais. O autor traz que foram surgindo novas comunidades potencialmente isoladas e de caráter de manutenção vital agrícolas. Outro ponto foi a criação de irmandades, que acabaram por legitimar a catequização iniciada pelos colonizadores, incorporando os preceitos da Igreja

Católica como uma religião soberana entre as crenças existentes. No entanto, haviam as irmandades negras que se concretizaram como movimentos de resistência, preservando aspectos originais da cultura dos povos originários.

Outro ponto ao qual o autor destaca, é que muitas das construções históricas destes períodos se mantêm ainda hoje, ajudando a contar um pouco da história de luta dessas populações que foram potencialmente reduzidas nos séculos passados. Um destaque nesse sentido da conservação da história da formação social mineira é a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, cujas igrejas como a de Santa Efigênia, construída durante o século XVII, expressa uma memória do patrimônio histórico construída pela população negra. Originalmente a igreja seria Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Capela da Cruz do Alto do Padre Faria, fazendo referência ao bairro ao qual se inseria. Era composta por pessoas negras escravizadas, com um altar onde havia uma pintura representando um papa de cor negra que simboliza um ato de preservação e resistência, uma vez que não havia na Igreja Católica papas que não fossem de cor branca. Com o tempo e transferida a um novo espaço, a igreja foi nomeada Igreja de Santa Efigênia, em homenagem a uma princesa de origem da Etiópia, que contribuiu para a doutrina cristã em seu país de origem e que possuía muitos devotos de origem africana.

Segundo a autora, Leonara Lacerda Delfino (2015) em *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica*. Podemos perceber que parte do ouro distribuído no altar de igrejas como essa tem origem das mulheres escravizadas que conseguiam esconder pequenas quantidades em seus cabelos. Outro ponto é que os homens escravizados que auxiliaram na construção, trabalhavam nas minas durante o dia e apenas no período noturno erguiam as igrejas. Por fim a construção levou bastante tempo para ser finalizada, perpassando gerações até ser inaugurada de fato, nas proximidades do fim do século.

Um ponto que o documentário *AmarElo: É tudo pra ontem do cantor Emicida* aborda é sobre essas grandes estruturas construídas pela população negra nos diversos períodos históricos, mas que são locais onde grande parte desses construtores e seus descendentes sequer conseguiram ou conseguirão frequentar durante toda sua vida. Estas estruturas mesmo que projetadas pelas mãos negras, historicamente são monopolizadas em sua maior parte para uso de parte elitizada da população. Como a menção dos teatros construídos por pessoas negras, em que os próprios papéis de negros eram interpretados por atores brancos que tingiam a pele – permanecendo nas mídias tradicionais a atuação de atores negros majoritariamente associados a papéis marginalizados e relacionados à escravidão.

Nesse sentido de desenvolvimento de movimentos de resistência para salvaguardar elementos culturais desses povos tão afetados pela atividade mineradora, surgem também movimentos de luta pela preservação de áreas devastadas pela mineração. Um destaque que se estabelece historicamente são as fugas visando romper com as estruturas de negação de liberdade e autonomia. Nesse sentido, me amparo no canal Curta História² que apresenta alguns apontamentos sobre as fugas que ocorriam no período colonial, destacando um dos marcos do movimento de resistência que acontecia desde as viagens de navio – quando colocavam suas vidas em risco ao pular no mar para fugir das explorações que seriam vítimas em terras brasileiras. Outras formas de fuga se davam com o deslocamento para locais isolados para assim se afastarem definitivamente dos territórios minerados, buscando novos territórios onde se podia vivenciar uma vida livre, formando os quilombos.

Retornando à Carvalho (2019 apud Vasconcelos, 1904), uma organização de resistência que podemos destacar é o distrito de Furquim, que se tornou referência quando se refere ao estabelecimento de comunidades quilombolas na região de Mariana em Minas Gerais. “O distrito de Furquim surgiu com a mineração de ouro na região de Mariana ainda no início do século XVIII. Sua fundação data de 16 de fevereiro de 1718 e seu nome vem do fundador do arraial, Antônio Furquim da Luz, que angariou sesmaria na região em 1711”.

Segundo o autor, a localidade teve no século XIX um importante desenvolvimento quando se fala em agricultura rural e semeadura de grãos, assim como desenvolvimento de criadouros de algumas espécies de animais. Dessa maneira, as comunidades começaram a se desenvolver e se reproduzir socialmente.

Com população livre e escravizada, negra, mestiça e branca, suas fazendas produtivas variaram de tamanho no século XIX, com grande quantidade de residências lideradas por mulheres (ÂNGELO, 2001, p. 26-28). Estas informações indicam, dentre outros, que a história do distrito de Furquim, desde o século XVIII, esteve intimamente ligada à agricultura e ao comércio, com grande número de escravizados, africanos e seus descendentes e à participação feminina na produção econômica, fosse para o comércio ou para usufruto doméstico. (CARVALHO, 2019, p. 50)

Portanto, segundo o autor os territórios quilombolas de Minas Gerais se desenvolveram há muito tempo com uma relação muito próxima às origens agrícolas. Possibilitando a manutenção de diversas comunidades quilombolas durante os períodos coloniais, variando entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Tendo acolhido principalmente aqueles que foram subjugados durante o ciclo do ouro e seus sucessores. Podemos ainda, destacar o Quilombo de Palmares datado do século XVII como um marco de resistência, embora este não tenha ocorrido

² O canal foi criado e vem se desenvolvendo por iniciativa da professora Cláudia Monteiro, sendo dedicado à divulgação de conteúdo científico, tendo por objetivo auxiliar estudantes e professores, por meio de vídeos curtos e criativos.

nos territórios de Minas Gerais. Este é de grande importância por acolher milhares de escravizados, ao qual destacamos Zumbi dos Palmares, figurando com grande representatividade de liderança, num longo período de tempo. Por isso, é necessário destacar o legado que deixou marcas muito positivas por demonstrar sua importância na valorização da cultura negra e sua tomada de consciência.

Criaram um grau de consciência de sua procedência quilombola, que não se restringe só ao Quilombo dos Palmares do século XVII, que foi destruído por poderosas forças militares coloniais, mas se amplia pela continuidade de uma consciência social de origem que é predominantemente africana. É uma consciência que não busca uma volta à África como ideologia do desenraizamento, mas um movimento que busca sua inclusão no espaço da sociedade nacional. (VALADARES, 2020, p. 08)

Contudo, é necessário destacar que os movimentos de resistência à escravização emergem no contexto de persistência do processo de colonização e escravização no país. Segundo os autores em que me baseio, a escravidão só chega ao fim devido a pressões externas que ameaçavam algumas de suas relações comerciais, sendo que em vários outros países ela já havia sido encerrada devido às novas formas de organização societária.

Por isso, é preciso destacar que em nenhum momento o fim da escravidão foi um ato de bondade, e sim uma necessidade econômica, em que muitas eram as frentes que pressionavam por seu fim. O que ocorreu sem qualquer plano para garantir o bem estar dos ex-escravizados convertidos em "pessoas livres".

O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei que atirou os escravizados numa sociedade na qual estes não tinham condições mínimas de sobrevivência, tornar-se livres por intermédio de pagamento, obrigava estas pessoas a entrar no mundo da liberdade completamente pobres, e ainda sujeitas a exploração. Se na teoria, a liberdade significa ter autonomia para circular de um lugar para outro e tomar suas próprias decisões, estas pessoas ainda não eram completamente livres as dificuldades e condições de subcidadania oferecidas aos libertados tem reflexos na nossa atual realidade social. (VALADARES, 2020, p.08)

Nesse sentido, me amparo em Nilma Lino Gomes, que em sua obra *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*, aborda de forma intensa as potencialidades dos movimentos de resistência negra na história, assim como seus limites impostos pelas estruturas sociais. Segundo a autora, esses movimentos de resistência vinham se desenvolvendo de uma forma mais politizada, que conseguiram distanciar a população negra do estigma de subalternidade ao qual lhe foi imposto historicamente. Dessa forma esse povo conseguiu rumar para alcançar um *status* de autonomia, conseguindo se revalorizar para combater as deformações aplicadas em uma sociedade tão desigual e repressiva.

Portanto, a autora traz o movimento negro como potencial reivindicador de demandas para se preservar e confrontar as problemáticas que lhes eram impostas socialmente. O

movimento converge para reclamar seus direitos e sua liberdade nos mais diversos meios, atuando para triunfar diante da falta de integridade das corporações presentes na sociedade desde o início da ocupação territorial, tão ultrapassadas e desiguais. Portanto, a autora retoma a mencionar a necessidade de que existam leis e políticas para combater a desigualdade racial e também formas distintas de disparidade de qualquer outra origem, algo que se faz muito necessário, visto que assim como no caso das políticas indigenistas, as políticas voltadas a população negra sofrem historicamente de muito descaso. Ainda nesse caminho, podemos de certa forma associar o documentário AmarElo ao texto de Nilma Lino Gomes, visto que o documentário traz uma representação da resistência negra, no qual se mostra, o ato de coragem em lutar em meio a difíceis períodos da história para ter seus direitos garantidos, mostrando em circunstâncias difíceis que não há escolha sobre o momento de agir.

Podemos perceber, portanto, que o movimento de resistência negro, assim como de povos originários, busca sempre construir historicamente um caminho justo, baseando se na democracia, com seus enfoques para sobressair a dominação tradicionalmente disseminada e a força para lutar e compreender a desigualdade étnica e racial brasileira. Portanto, a luta é persistente para superar as desigualdades consolidadas desde a colonização, em que s movimentos de (re)existir são presentes desde o período colonial. Permanecendo a necessidade de enfrentamento a sociedade preconceituosa, que mesmo após o fim da escravidão colonial, continua a reproduzir tendências persistentes do escravismo.

CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DO EXTRATIVISMO DESORDENADO

“Secaram as sementes no silêncio da rocha e mineral. As palavras que não chegamos a gritar, as lágrimas retidas, as pragas que se engolem, a frase que se encurta, o amor que matamos, tudo isso transformado em minério”

(Assírio e Alvim, 1993)

O objetivo central deste capítulo é *identificar alguns nexos históricos entre os processos que caracterizam o território de Minas Gerais no século XVII e no século XXI*. Neste capítulo trarei tópicos que contam como a tomada do território e a exploração mineral, sem qualquer inovação desde sua gênese, se mostram persistentes nos séculos mais atuais, conformando o denominado *Quadrilátero Ferrífero*. Trazendo o descontentamento das populações que se inserem nesses territórios quanto à falta de alternativas para uma mineração mais segura, que respeita a vida não apenas humana. Assim como a retomada de comunidades por suas raízes ancestrais, que foram covardemente atacadas para que se desenvolvesse a economia mineradora, e efetivação de seus modos de vida, que lhes foram por muito tempo negados.

2.1. O ciclo de apropriação do território

Com a tomada do território pelos colonizadores, conforme mencionado anteriormente, surgem novas especificidades que apresentam contrastes com o período anterior, mas também múltiplas semelhanças. Temos de considerar o avanço da mineração até chegar aos dias atuais, que já não faz uso da mesma matéria prima e tão pouco conta com os mesmos recursos tecnológicos para fazer a extração destes. Todavia, se mantém estável desde o período colonial, quando se formava a sociedade do quadrilátero ferrífero, o recurso humano, ainda que se mude os sujeitos, permanecem as adversidades à qual estes perpassam. Estou nesse momento me apoiando na obra “Quando vier o silêncio”, em que os autores Trocate e Coelho tratam sobre o tema:

A questão central deste ensaio é compreender qual o problema da mineração no Brasil. Ou melhor, o que faz com que a mineração no Brasil se constitua enquanto problema para grande parte da população? Quais são as contradições, condições e potencialidades que envolvem essa atividade no país? (TROCATE, COELHO, 2020, p. 23)

Assim, busco destacar os impactos da produção envolvendo recursos minerais, relacionando os processos produtivos das empresas mineradoras, tanto para seus territórios e, principalmente, para os trabalhadores e populações atingidas pela desordem do sistema capitalista. Isto, é, compreendo a atividade mineradora enquanto instrumento da geração de mais valia, enquanto máquina da produção de desigualdades sociais.

Desde já, inicio minha explanação sobre o que acredito ser a construção de um pacto social em que os denominados benefícios, pouco compensam. Para isso, acredito que o seguinte relato de um morador da cidade de Mariana denominado Cleiton, no livro de Trocate e Coelho, contribui muito para o pensamento acerca da questão expressa na contradição da mineração no estado.

Eu fico imaginando depois que acabar tudo, o barulho, e vier o silêncio [...] porque agora tem movimento. Movimenta daqui, movimento dali. Mas na hora que o silêncio vier, aí que vai ser duro. Na hora que se der conta dos estragos que fizeram por aí. Todo lado que você andar pela região, você vai ver marca de alguma coisa. Toda hora você vai estar lembrando. O problema vai ser quando vier o silêncio. (TROCATE, COELHO, 2020 p.24)

Reflexiono bastante acerca deste depoimento, cuja realidade das cidades sob domínio da mineração é de danos imensuráveis, nas quais se busca, sem sucesso, contrabalançar a ação e o efeito. É comum nos depararmos com ações de compensação por toda parte da cidade ao qual foi mencionada, mas até que ponto essas manifestações são realmente compensadoras?

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mais conhecida como royalties da mineração, uma forma de compensação pela exploração dos recursos minerais que pertencem à União, subiu de 160 milhões de reais para 2,38 bilhões de reais, entre 2001 e 2013. (TROCATE, COELHO, 2020 p.59)

Conseguimos perceber que os recursos voltados à compensação pela exploração mineral cresceram significativamente após o período ao qual a citação retrata, pós-crime de ruptura da barragem de mineração de ferro da Samarco/Vale/BHPBillinton. No entanto, podemos analisar que antes desse ocorrido tanto as grandes mineradoras quanto o próprio Estado não estabeleceram ferramentas de compensação, tão pouco de reparação. Igualmente não havia quaisquer protocolos de prevenção para conter os danos causados por rupturas de barragem, bem como o repasse financeiro é inconstante.

Assim, a quantia de divisas repassadas a municípios, estados e União, com o objetivo de compensá-los por possíveis prejuízos causados pela produção mineral, pode diminuir, aumentar ou manter-se estável de acordo com as flutuações do mercado internacional. No entanto, um movimento bastante utilizado por mineradoras, em momentos de queda dos preços dos minerais no mercado internacional, é o de incremento da produção nos empreendimentos considerados centrais, o que em geral tende a aumentar também os efeitos e prejuízos principalmente de municípios e estados produtores. (TROCATE, COELHO, 2020, p.66)

Dessa forma, podemos entender que é mais barato investir em compensação do que em prevenção. As mineradoras utilizam de mecanismos muitas vezes controversos para desenvolver suas atividades, causando danos não só para humanidade quanto para outros seres, visto que muitos dos efeitos colaterais da produção mineral causam danos diretos para a qualidade de vida em todo o território atingido. Como a contaminação de aquíferos com substâncias tóxicas à longo prazo, assim como a destruição de espécies da flora e da fauna das regiões em que se extrai minério.

Os inúmeros aspectos que a sociedade utiliza para justificar a mineração, da forma posta atualmente, não passam de ações (in)compensatórias, visto que os danos que essa atividade causa à saúde física e mental dos trabalhadores e ao meio ambiente são incompatíveis com a qualidade de suas vidas.

O consentimento pode ser rompido por diversos fatores, entre eles as transformações próprias do mundo do trabalho, que dissolvem parte dos postos de trabalho (por meio da automação, mecanização, inovações tecnológicas etc.), variáveis de mercado (preço no mercado internacional, tributação, custos com infraestrutura etc.) ou condições geológicas (exaustão e/ou queda da qualidade da reserva mineral), ou ainda a convergência de todos esses fatores. Os muitos efeitos socioambientais também fragilizam a aceitação, assim como grandes desastres. Trata-se de um consentimento que, portanto, é incompleto. (TROCATE, COELHO, 2020 p. 75).

Como instrumento de problematizar o consentimento social acerca da mineração e questionar e propor políticas de compensação e de reparação, os movimentos sociais buscam a construção de uma nova forma de mineração, pautada na construção de uma atividade dirigida pela população.

Organizações populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram levados à temática mineral pelas transformações concretas nos territórios e pelo espraiamento de barragens. Porém, há outros que nasceram especificamente por conta das contradições criadas pela expansão mineradora, como, por exemplo, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); surgido no contexto regional amazônico da principal mina brasileira, a de Carajás, o MAM se propõe a pensar outras formas de organizar a atividade mineradora para que ela se pautе primordialmente e seja definida de acordo com os interesses da soberania popular. (TROCATE, COELHO, 2020, p. 71)

Contudo não acredito que seja algo viável, com base no que acompanhamos acerca do modo de produção capitalista, que seja possível instaurar uma outra forma de mineração nos marcos dessa sociabilidade. Dessa maneira, podemos estimar um cenário futuro em que a mineração pode não ser tão bem aceita socialmente.

Uma vez que com o avanço tecnológico, muitas profissões podem encontrar seu fim, assim como vem acontecendo ao longo do tempo. Assim então, crescerá os índices de desemprego, e também o aumento da precarização do trabalho, já tão inconsistente.

Há uma relação de troca assimétrica no consentimento conflituoso. Muitos dos moradores das regiões mineradas sabem que a atividade mineradora pode gerar

doenças, deteriorar as condições socioambientais da região e prejudicar a população local de diversas formas, inclusive atividades econômicas, mas aceitam os danos por esperarem em troca o emprego, seja formal ou não. Percebem a relação de troca assimétrica e a admitem com base nas promessas feitas pelas empresas e pelos entes públicos, que muitas vezes não se concretizam. De promessas não cumpridas são tecidas essas cidades da mineração. (TROCATE, COELHO, 2020, p.76)

Aqui conseguimos associar, que quando se esgotarem os postos de trabalho e os ditos bons salários, possam se esgotar também as relações de consenso estabelecidas historicamente. Não haverá mais políticas de compensação, mas isso é algo que não podemos prever. Só posso destacar aqui, o que dizem os autores Trocate e Coelho (2020, p. 76), quando mencionam que:

Uma cidade composta por espectros das possibilidades perdidas, uma cidade abandonada, onde viceja o rancor das chances não aproveitadas, pelos erros de seus moradores contidos nas paredes das casas e nos cemitérios. As cidades de Minas Gerais que nasceram durante o ciclo do ouro são feitas dessa matéria, espectros da opulência de outros tempos e fantasmas das oportunidades não aproveitadas. A atividade mineradora cria cidades na mesma velocidade em que as destrói.

Portanto, traço relação com o início deste tópico, quando descrevo que mudaram se os tempos, mas a realidade é a mesma. Não é o mesmo metal que está sendo minerado, não são as mesmas pessoas que estão inseridas nos campos de trabalho. Contudo, a mesma realidade se reverbera, a riqueza trazida pela exploração mineral cresce nas mãos de poucos, enquanto a população é enganada estrategicamente e empobrece vertiginosamente.

A concentração de riquezas em escala global é também uma concentração no usufruto dos bens naturais, ou seja, estes são utilizados por uma pequena parcela da população mundial, e a atividade mineradora é essencial para essa apropriação desigual por ser uma das bases produtivas da sociedade, é o início de qualquer cadeia global produtiva. (TROCATE, COELHO, 2020 p.32)

Outra questão que se faz presente nessa forma de exploração é a relação direta com a economia de dependência presente na América do Sul, uma vez que aqui muito se produz e pouco se apropria. Retornando sobre as mineradoras estarem incorporando máquinas que realizam funções antes humanas, a fatores como a não capacitação de trabalhadores das cidades mineiras para realização de determinadas atividades, ocasionando massas de migrantes semelhantes às do século XVII. Acarretando diversas formas de desigualdade não apenas para os trabalhadores locais, mas também para esses trabalhadores que têm de deixar suas origens e muitas vezes se deparar com realidades diferentes das propostas.

Dessa maneira, se ampliam não apenas os índices locais de desemprego, mas também o incide de indivíduos reféns de condições de extrema precariedade, não conseguindo por vezes se manter nos empregos que se inseriram, e tão pouco retornarem às suas cidades natais. Sendo por fim, inseridos no exército industrial de reservas e nas estatísticas de empobrecimento, juntando-se às populações vítimas da desigualdade social, sofrendo consequências do

desenvolvimento do extrativismo desordenado. Podendo assim, traçar ainda mais paralelos com a atualidade, onde percebemos que essas ainda são partes das populações mais afetadas pelo crescimento de áreas onde se desenvolve a atividade mineradora, mesmo que sejam inúmeras as vítimas indiretamente afetadas pela extração de minérios. É por isso que "a expansão acelerada do setor gerou reação e resistência das populações atingidas pela mineração e seus efeitos predatórios; surgiram organizações, articulações, frentes e movimentos populares críticos a essa prática. São muitos os sujeitos desta luta" (TROCATE, COELHO, 2020 p.70)

Historicamente somos levados ao conhecimento apenas de pequenas informações no que diz respeito ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas. Aqui destaco a pouco disseminação das mídias acerca dos impactos negativos da mineração para a sociedade, na apresentação do livro *Quando vier o silêncio*, podemos visualizar sobre a “falsa ideia de acesso aos temas que pautam a vida política do país. Mas boa parte deste conteúdo é produzido e veiculado pelos donos do poder econômico, que elegem o que deve ser visto e informado de acordo com seus interesses” (TROCATE, COELHO, 2020, p.09).

Dessa forma, podemos perceber que temáticas de grande importância para o desenvolvimento social, muitas vezes são distanciadas do olhar de grande parte da população. Os recentes rompimentos de barragens de grandes mineradoras, por exemplo, vieram ao conhecimento do público como acidentes fatídicos que aconteceram como resultado de atividades que não poderiam ser evitadas.

Podemos relacionar então os dados trazidos pelos autores com nossas vivências ao perceber que o descaso das mineradoras com a vida humana é algo que persiste historicamente. Precisamos entender, porque esta continua em pleno desenvolvimento mesmo sendo tão nociva para a sociedade em uma larga escala, visto que mesmo se constituindo como um dos setores que movimentam a economia de diversos países, é também uma força ceifadora de inúmeras populações, assim como, diversas áreas ambientais.

Segundo os autores, posso destacar que desde os primórdios, a mineração se fez como atividade traiçoeira, foram aceitas padronizações comportamentais inaceitáveis, foram impostas relações de poder extremamente desiguais que permeiam historicamente o estado de Minas Gerais e o país numa escala ampliada. As populações que viviam nos territórios mineiros sofreram um grande massacre, sendo que muitos dos que aqui viviam já haviam vivenciado condições extremas de desumanidade por parte dos colonizadores em suas terras natais, uma vez que muitos encontraram em Minas Gerais refúgio para o sucateamento que já ocorrerá nos litorais do país no momento mais próximo à chegada dos bandeirantes.

Esses povos sofreram todo tipo de crueldade, sendo vítimas de ameaças, acometidos por doenças e também obrigados a abandonar suas raízes, sua cultura, vivenciando um grande genocídio, como já foi aqui mencionado. Assim como, os povos inseridos no território mineiro, grande parte compostos por indígenas, mulheres e negros. Essas pessoas foram forçadas a se inserir em cenários catastróficos de escravização, visto que eram mantidas reféns de um sistema que desde seu início se apresenta contraditório a viabilização mínima de direitos humanos.

Trocate e Coelho (2020 p.58) destacam que nesse período os “acidentes de trabalho eram recorrentes, inclusive grandes catástrofes, [...] Mesmo após a abolição da escravatura, as condições de trabalho ali eram precárias, somadas às extensas jornadas de trabalho e aos baixos salários”. Tão semelhante ao que ocorreu no período anterior, e também nos séculos seguintes, a mineração se aproveitava do pauperismo dos indivíduos para inseri-los nos cenários da mais profunda degradação.

São os mais variados tipos de populações afetadas pela atividade mineradora, como indígenas, quilombolas, os ribeirinhos, geraizeiros, pescadores e outras populações tradicionais, além de vasta população urbana e rural que habita territórios na área de influência da mineração, e dos trabalhadores do próprio setor. (TROCATE, COELHO, 2020 p.68)

Segundo os autores, todas essas vozes historicamente silenciadas, e que agora buscam fazer serem ouvidas, seguem dia após dia sendo invisibilizadas, não apenas pelos grandes mineradores, mas também por grande parte da população e pelas estruturas dominantes inseridas na sociedade. É preciso falar sobre essa população, refém da já mencionada seletividade midiática, evidenciando a *emergência* mencionada pelos autores, “só entendendo nossa realidade iremos transformá-la. Daí as Emergências. Emergências porque é preciso refletir sobre o mundo que vivemos” (2020, p. 09).

Algo muito preocupante em nossa sociedade é o não conhecimento da própria história, é recente a valorização da verdadeira disseminação de fatos sobre como foi nosso passado, mesmo que este fato seja essencial para compreendermos nosso presente. A obra na qual estou me apoiando, traz um grande questionamento sobre “Quando vier o silêncio?”, entendo uma particularização devido à temática apresentada pelo livro, contudo acredito que estamos sendo não somente silenciados, mas também invisibilizados e cegados de forma intensa, desde os primórdios de nossa formação social.

Como sociedade, muitas vezes repetimos os erros do passado por de fato desconhecermos estes, mas estamos sendo inseridos num cenário de desvendar o passado. Nos conscientizamos acerca das tragédias da mineração no período colonial, apenas após os

acontecimentos do presente. Ampliando a necessidade de trazer à tona as histórias que os livros não contam.

Estamos vivenciando um período em que muito é divulgado sobre a mineração em nosso território, assim como seus crimes ambientais e humanitários. No entanto, os depoimentos trazidos no livro me fazem questionar, o que de fato acontecerá quando essas questões se tornarem longínquas. Enquanto essas situações estavam no auge dos holofotes, muito se conhecia e, por consequência, muito se buscava saber acerca da realidade da mineração no Brasil. Contudo, agora o que vem sobressaindo é a sensação de iminente abandono às pessoas afetadas pelos desastres, assim como no período colonial.

Quando fossem embora os helicópteros, jornalistas, médicos e enfermeiros, quando não houvesse mais subterfúgio que inebria se a dor, e a sociedade brasileira descuidasse do acontecido, restariam as cicatrizes na terra e as ausências, lacunas da vivência humana. (TROCATE, COELHO, 2020, p.24)

Dessa maneira, associo à realidade do período colonial, quando Minas Gerais foi ocupada por bandeirantes, quando nossas estradas eram movimentadas pelas expedições em busca de ouro. Territórios que presenciaram a intensa efervescência do transporte aurífero e acompanharam, tempos depois, o declínio de locais que antes se faziam auspiciosos, se convertendo em vilas abandonadas e esfaceladas.

Deixando para trás apenas aqueles que não poderiam deixar de permanecer, aqueles que antes eram explorados nas minas e que agora conviviam com as ruínas. Inseridos no território que deixará de ser vantajoso para apenas ser um lugar, que mais tarde se tornaria palco de uma nova expedição em busca de novos minérios. Como citam Trocate e Coelho (2020, p. 57) se baseando em (Saint-Hilaire, 2000, p. 89) “foram outrora ricas e prósperas, mas atualmente não apresentam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência”.

Penso então, que o maior silêncio chega quando se esgota a necessidade de explorar esses territórios, após surgir uma atividade mais rentável economicamente. Nesse momento, chegará não apenas o silêncio, mas toda uma atmosfera de danos estrategicamente invisibilizados. E quanto aos que estão diretamente ligados a essa atividade, restará novamente uma história de abandono e negligência, abrindo novamente a possibilidade de um novo curso histórico.

2.2. Os impactos do domínio sobre as relações sociais

Com a ocupação das terras indígenas para a constituição da mineração, a única forma de sobrevivência foi rumar em busca de novos territórios buscando conservar sua cultura. E nesse momento surgem desafios que até hoje afetam o estabelecimento desses povos.

Santos (2006) traz aspectos como a demarcação de terras indígenas que ainda é pouco efetiva e constantemente desrespeitada por invasores, principalmente grandes latifundiários, pessoas e empresas, que se utilizam dessas terras para ampliar sua exploração desenfreada. A situação torna-se ainda mais complexa quando analisamos o distanciamento temporal entre os eventos e percebemos que, mesmo com os avanços já conquistados, ainda há muito no que avançar. Além disso, grande parte dos territórios indígenas estão concentrados em áreas periféricas ou de grande isolamento, ficando à mercê de redução da área real, se levarmos em conta o período pré-colonial.

Para entendermos a situação das terras indígenas que necessitam de ampliação é necessário recorrermos ao processo histórico de concepção de territorialidade indígena adotada pelo Estado brasileiro. As terras indígenas regularizadas antes da Constituição de 1988 foram demarcadas, na sua grande maioria e de forma muito reduzida, a partir da ideia dominante na época de que os índios constituíam populações minoritárias sobreviventes, decadentes e transitórias, cujo único futuro era a integração total à “comunhão nacional”. Essa tese foi sustentada por elites políticas, econômicas e intelectuais da Academia. (SANTOS, 2006, p. 106)

É notável que o pensamento da época era que os povos indígenas estavam condenados a se incorporarem às grandes metrópoles e se urbanizarem, ou que esses estariam condenados à extinção. Nesse momento histórico já havia ocorrido um grande genocídio dessa população e muitos buscaram a sobrevivência em meios urbanos, sendo assim as elites dominantes se apoiaram nesse processo para fortalecer a redução dos territórios destinados a esses povos.

Não era, no entanto, previsto a retomada indígena, que postula a ampliação da demarcação das terras, evidenciando a necessidade de reparar a história e reconhecer o direito legítimo dessas populações aos seus territórios. É preciso destacar, porém, que esse processo de retomar os territórios sofre com uma série de obstáculos, como as dificuldades do processo burocrático de precisão da localização geográfica e os empecilhos políticos colocados pelas camadas dominantes que querem continuar proprietárias dessas terras. Devido à negação de acesso à terra, associado a migração para metrópoles, dentre outros acontecimentos que culminam no afastamento entre essas pessoas e o território. Dentre as inúmeras consequências, tem-se o desaparecimento das línguas indígenas, representando a desconexão a ancestralidade. Situação que o autor descreve no seguinte trecho:

O importante é saber que a qualquer momento uma língua indígena brasileira pode estar sendo falada pela última vez, como é o caso da língua xipaia, do povo Xipaia no estado do Pará, que em 2006 só contava com uma pessoa de idade avançada como falante. Quando essa pessoa morrer, se não conseguir transmiti-la a seus filhos e descendentes, a língua xipaia morrerá com ela. (SANTOS, 2006, p.117)

Santos diz que é comum que línguas sejam extintas cotidianamente na contemporaneidade, pelos mais diversos motivos, no entanto é preciso destacar que esses acontecimentos em muito derivam diretamente da tomada dos territórios indígenas no período colonial. Mas é preciso destacar que, embora muitas delas sofrem ameaça de extinção ainda hoje, muitas vivenciam o processo de preservação.

Apesar da drástica redução das línguas indígenas faladas no Brasil, as 180 sobreviventes representam uma enorme riqueza cultural do país, na medida em que correspondem a 75% de todas as que são faladas no Brasil – segundo o Censo do IBGE de 2000, são 241 línguas, incluindo a língua nacional, o português. É necessário firmar que 18% (30) das línguas indígenas brasileiras também são faladas nos países vizinhos (SANTOS, 2006, p.117)

Diante a essa problematização das políticas indigenistas, podemos traçar paralelos com o que representam para a atividade mineradora, uma vez que no estado de Minas Gerais muitas dessas invasões de territórios estão diretamente ligadas à extração de minérios, justificado em nome do progresso societário, especificamente econômico. Conseqüentemente, como temos conhecimento, as devastações territoriais e ambientais causadas pelas mineradoras não recebem a devida punição, mesmo que essas culminam historicamente em danos sobre a vida humana e sobre a natureza. Podemos ver aqui, que desde sempre grandes extermínios injustificáveis são realizados em nome do progresso econômico, onde os colonizadores/mineradoras não se preocupam com os efeitos ocorridos, desde o início da apropriação dos territórios indígenas no século XVII.

Algo que posso argumentar com base nos autores em que me apoio, é que a escravidão nunca foi abolida de fato, pois nos séculos seguintes, os territórios mineradores continuam sendo demarcados pelo trabalho escravo, como cita o autor no seguinte trecho:

A escravidão permanece até os dias atuais, no entanto, esta se dá de uma forma diferente. Resultado da desigualdade e da impunidade, ela é uma grave doença social. Em sua forma contemporânea apresenta-se de diversas formas: a prostituição infantil, o tráfico de órgãos, o tráfico internacional de mulheres, a exploração de imigrantes ilegais e a servidão por dívida. E do ponto de vista financeiro e operacional, esta nova escravidão é mais vantajosa para os empresários que a da época do Brasil Colônia e do Império. Pois no sistema antigo, em que a propriedade legal era permitida, saía bem mais caro comprar e manter um escravo. (VALADARES, p 07)

Os processos históricos de escravização em territórios mineradores ao longo do período colonial, funda a constituição do território mineiro denominado Quadrilátero Ferrífero, estabelecendo danos ambientais, assim como de gênero e classe.

Nesses termos, conforme apresenta Mascarenhas (2023, s/p), “Habitar um território atingido pelo atual modelo de mineração é observar a olho nu o ruminar de um monstro que se conforma como uma máquina de moer vida”. Diante a isso podemos perceber que desde o

período colonial a atividade mineradora se desenvolve em territórios de Minas Gerais como ceifadora, marcando desde lá as diversas gerações por seus ataques. A autora sinaliza que a classe trabalhadora sempre ali disposta, ao longo dos dias, semanas, meses, anos, toda uma vida, sendo cotidianamente reduzidas a apenas ferramentas que atuam com a finalidade de enriquecer seus exploradores. Sendo que os trabalhadores não gozam de qualquer reconhecimento por seus serviços prestados, sem qualquer reparação pelo tempo que se perde ou pela saúde que vai se esvaindo junto ao tempo.

Situações do presente que muito se assemelha ao passado, levando ao entendimento de que o domínio capitalista consegue manter suas estruturas ao longo do tempo, reutilizando suas raízes. A Minas Gerais do período colonial, nem se que difere de si mesma nos períodos próximos da história. Os territórios que vivenciaram e vivenciam os crimes minerários ainda são os mesmos, permanecem os sujeitos explorados com seus movimentos de resistência, mas os resultados seguem sendo os mesmos de outrora.

É preciso observar as vidas que se perdem em decorrência às tragédias minerárias, como a perda de uma vida que não foi diretamente afetada pelo percurso da lama, mas que tampouco conhecia ou virá a conhecer os efeitos dela. Sobre isso Cipriano (2019 p.35 *apud* MASCARENHAS, 2023, s/p) destaca o seguinte trecho “uma vez que Priscila Monteiro, uma das atingidas de Bento Rodrigues, teve um aborto em decorrência de ter sido levada pela lama, porém, o feto não consta dentre as mortes confirmadas”. Diante disso, podemos perceber que historicamente não são contabilizadas as vidas daqueles que foram ceifadas pela mineração em nosso território, por não serem consideradas como "danos indiretos". Por isso gostaria de alertar sobre a necessidade de aumentando a consciência de que são incontáveis os que foram vitimados pelas grandes empresas minerárias para geração de lucro. Não podemos considerar como vidas perdidas apenas aqueles que nos deixam em meio à grandes tragédias da mineração, para sobressairmos este domínio que está a tanto tempo constituído e tão resistente. Precisamos contabilizar cada perda, pois se analisarmos com mais delicadeza torna-se perceptível que o número de vítimas que a mineração faz é historicamente muito mais amplo do que temos conhecimento.

Consideramos que estamos imersos em uma sociedade contraditória, onde o antagonismo de classes é bastante delineado em que “burguesia [proprietários dos meios de produção] e proletariado [destituídos dos meios de produção]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41, *apud* MASCARENHAS, 2023, s/p). Assimilando que sempre existiu na sociedade capitalista interesses que não se conectam, podemos situar o período em que se inicia a invasão das tropas portuguesas ao nosso território. Naquele momento, os povos originários utilizavam dos meios

de produção de forma compartilhada, para manutenção de suas necessidades essenciais, contudo o avanço dos bandeirantes cria essas novas estruturas de coisificação, onde apenas os detentores dos meios de produção têm acesso a esses. O que deixa explícito que os meios de produção foram usurpados, persistindo assim historicamente e impactando nos períodos seguintes em diversos desdobramentos nas relações sociais.

A necessidade de superar essa dominação, buscando um dia alcançar a emancipação humana, requer combater as desigualdades no que se refere ao gênero, a raça e a classe. Dessa forma, se tornou essencial buscar meios para que se reconheça a necessidade da realização de uma mineração que não seja prejudicial à vida natural, e tão pouco à vida humana, porém essa desde sua gênese nunca se converteu à essas necessidades. Os grandes mineradores não se preocupam em preservar vidas, o que por consequência pode levar ao esgotamento dos próprios meios de produção, uma vez onde apenas se retira e não se conserva, reforçando aqui a extrema necessidade de reaver os modelos de mineração.

Segundo Mascarenhas (2023), a mineração tem desenvolvido historicamente nos territórios de Minas Gerais, especialmente no Quadrilátero Ferrífero, uma ampliação nas atmosferas contraditórias entre as classes sociais, assim como a necessidade do fortalecimento de lutas em nossos territórios. Decorrendo na constituição de novas potencialidades, que se opõem sobre os desígnios da classe dominante, tem-se o aumento potencial dos sujeitos que questionam as formas de exploração e seus exploradores, podemos almejar estarmos mais próximos de alcançar resultados concretos na luta por uma mineração mais responsável que respeite nossos territórios e sujeitos.

Entretanto, apesar da potência de desanuiamento, é preciso reconhecer que tal janela histórica também coloca, contraditoriamente, o impulso à busca pela contenção do monstro no marco da democracia burguesa. Então, suplantar esse mito, requer compreender que o monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito minerário e, sim, o próprio padrão de minerar, que, em suma, se constitui a partir das necessidades do capital a nível mundial. (MASCARENHAS, 2023 s/p).

Segundo a autora, é necessário romper o ciclo de exploração do ambiente, para isso seria necessário a descentralização do controle dos meios de produção, viabilizando interromper o ciclo de exploração que se estabeleceu também sob a classe trabalhadora. Nesse sentido, “Conclui-se, portanto, que a gênese da questão ambiental e da questão social está no marco da lei geral de acumulação capitalista, viável devido a fenda metabólica que possibilita o domínio do capital sobre a vida, tanto da natureza, quanto da humanidade” (MASCARENHAS, 2023, s/p). Ou seja, a mineração sob o capitalismo é algo que reverbera sobre as relações humanas, entre os indivíduos e destes com a natureza, logo, atuando sobre suas formas de produzir e

reproduzir socialmente. Por isso, Mascarenhas (2023) diz que “sendo o ser social o conjunto de sua dimensão natural e social, o conjunto das expressões da questão ambiental e da questão social comprometem a sua reprodução física e social”.

Segundo a autora, torna-se essencial a formação de novos movimentos de resistência para superar a imposição das camadas dominantes sobre não apenas os meios de produção disponíveis socialmente, mas também para libertar nossos territórios de seus exploradores. É necessário também superar nas sociedades mineiras a implícita necessidade de associar seu desenvolvimento social à exploração de elementos minerais, como por exemplo os que ganharam maior visibilidade em nossa constituição histórica, o ouro das Minas Gerais no período colonial, e o ferro do Quadrilátero Ferrífero na contemporaneidade.

Segundo a autora, esse fenômeno se associa ao termo minério-dependência, nesse sentido as relações antagônicas entre as camadas sociais se expressam pela força que a extração mineral gera socialmente tanto em nossos territórios estaduais, mas também em escalas nacionais e internacionais. Em sua análise as faces do monstro que intitula seu texto, definem que “o monstro cumpre a função social de organizar o território obtendo legitimidade via ampliação da produtividade da atividade minerária. Pontos que são forjados desde suas protoformas, em que transmuta a posse da terra, de coletiva para privada” (MASCARENHAS, 2023, s/p).

É essencial, portanto, que na análise desse monstro, que nos é apresentado no período colonial e não tem demonstrado sinais de enfraquecimento, ele seja visto como a atividade mineradora e não como o crime de ruptura de barragem apenas. Percebendo que em todos os locais em que suas atividades se desenvolvem ocorre ampla destruição da fauna e da flora, contaminação de nascentes, bem como danos à saúde dos moradores humanos.

2.3. Ressurgimento de comunidades e avanços nos mecanismos de resistência

A preservação da cultura dos povos originários nos territórios mineiros, pode ser vista em algumas publicações como a do jornal *Estado de Minas*, intitulada *Povo Indígena de Ouro Preto, os Borum Kren lutam por demarcação da terra*. Conforme expresso pelo cacique Danilo BORUM-KREN, seu povo habita os territórios que integraram as cidades de Ouro Preto e suas proximidades, como Mariana e Itabirito, desde períodos anteriores à ocupação das tropas portuguesas nesses locais. Ele destaca que o acesso ao território ainda é um desafio e luta para que as tradições se mantenham vivas, como a realização de caminhadas pelas matas, uma forma

de se conectar com suas raízes ancestrais. Segundo Danilo, essas caminhadas são uma forma de resistência e preservação, pois por meio delas estabelece a conexão com os antepassados e se aproximar da luta pela defesa do meio ambiente. Ele destaca que uma vez inseridos nesses territórios podem contribuir para a preservação da flora e das redes fluviais, sendo estas essenciais para a manutenção de seu modo de vida. Elucida que seu povo recebeu diversas denominações durante o ciclo do ouro, contudo para os membros mais antigos da comunidade o que persistia era a lembrança da denominação por Botocudos, mas cuja autodenominação étnica corresponde a Borum-Kren.

Nesse sentido, Alenice Baeta e Gilvander Moreira, trazem um pouco mais sobre as raízes desses povos em *Memória Indígena Borum Kren na região de Ouro Preto, Minas Gerais*. Nessa publicação, o cacique Danilo Borum-Kren apresenta o preconceito e a violência sofridos por povos originários através do tempo, mas também sobre a evolução quanto ao reconhecimento das pessoas com suas raízes indígenas. Ele menciona um episódio em sua infância, quando destruíram seu arco e flecha, demonstrando a discriminação a pessoa indígena nestas regiões que insistem em desprezar sua cultura. Diante disso, podemos perceber a configuração preconceituosa da sociedade mineira, reproduzindo a violência fundada desde a colonização de nossos territórios, negando a nossa cultura originária para que pudessem nos impor suas próprias dinâmicas culturais. Contudo, podemos ver a permanência do movimento histórico de resistência desses povos, em que os coletivos indígenas hoje alcançam maior visibilidade na luta para que suas necessidades não sejam ignoradas.

Um exemplo disso, é a retomada do povo Borum-Kren, cujo Coletivo Borum-Kren Vivos e Fortes já representam um aglomerado de diversas famílias que mantiveram ao longo do tempo a sua cultura. Segundo Baeta e Moreira, a existência do cacique Danilo demonstra que através de seus antecedentes adquiriu o conhecimento de diversas práticas de constituição de objetos, como arco, flexa, instrumentos para produção do fogo, e reconhecimento de diversas espécies de plantas, utilizadas para fins alimentícios e de medicamentos. Além disso, destacam que Danilo foi ensinado pelos pais a se esconder na mata para escapar de potenciais perseguidores, levando ao entendimento de que ainda é necessário muito avanço por parte da sociedade, em proteger esses povos daqueles que historicamente os colocam em contato com condições de insegurança em seu próprio território. Os autores destacam uma série de territórios que esses povos ocupavam no passado, como localidades às margens da cidade de Ouro Preto e também em seus distritos, que representam alternativas para sobressair ao domínio português no passado. Contudo, esses territórios hoje acolhem poucas comunidades indígenas, devido à ausência de medidas que consolidasse a permanência desses grupos. Dessa forma, podemos

perceber que ainda há uma grande lacuna da atuação das entidades governamentais no que tange à execução de políticas públicas que sejam de fato eficazes para combater a violência destinada a esses povos. Disso podemos associar, a necessidade de fortalecimento das lideranças indígenas nos territórios, para que se possa avançar ainda mais na luta pela demarcação de terras anteriormente roubadas dos povos originários.

Ainda assim, já aconteceram algumas conquistas, das quais podemos destacar a participação de membros do povo Borum-Kren no Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI) e na Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara (ABEFC). Sendo que a participação em movimentos como esses é de suma importância para conquistar apoiadores à causa indígena, assim como explicitar a necessidade de que se fortaleçam as leis em apoio dessas comunidades, que estão em pleno ressurgimento pelos territórios.

Sobre isso, Leonardo Ramos traz duas reportagens que abordam o reaparecimento de comunidades indígenas, denominadas por *As árvores e as sementes*, que me apoiarei em um primeiro momento e posteriormente *Os frutos*. Segundo o autor, podemos associar o ressurgimento desses povos à ideia de árvores que foram derrubadas, e que, no entanto, não tiveram suas raízes removidas, levando algum tempo para que voltassem a crescer e expandir por meio de seus frutos. Podemos associar a analogia que o autor traz com a linha histórica dos povos originários em Minas Gerais, iniciando com o pseudo-extermínio e escravização ocorrido durante o ciclo do ouro, onde esses povos enfrentaram diversas formas de violência contra sua cultura, para assim tomarem posse dos minérios dispostos em seus territórios. Hoje, como traz o autor, esses povos potencialmente reduzidos agora enfrentam uma forma de dominação pelas mãos dos grandes latifundiários e mineradores com interesses econômicos pelos territórios.

A colonização, que devastou florestas, contaminou rios e extinguiu diversas espécies de animais, continua dando frutos no que se refere ao etnocídio de comunidades tradicionais e povos indígenas. Mas, onde se tomba uma árvore, deitam-se no solo também suas sementes, fazendo com que elas possam re(surgir), se brotarem no solo fértil. (RAMOS, 2023, s/p)

Segundo o autor, em Minas Gerais no século XVII, os botocudos ocupavam grande parte dos territórios onde hoje conhecemos por Quadrilátero Ferrífero, porém com o início da colonização esses povos foram vítimas de um grande genocídio, que fez com que três séculos depois esse povo fosse considerado em situação de extinção. No entanto, esses povos não haviam sido de fato extintos, e sim percorreram um caminho de migrarem para outros territórios, principalmente regiões mais isoladas como os próprios distritos de Ouro Preto. Dessa forma, esses povos iniciaram um processo de readaptação cultural, sendo submetidos a

disfarçarem suas origens para poderem se associar às novas populações que vinham se inserindo nesses territórios.

Contudo, observamos que algumas de suas raízes foram mantidas de forma íntegra e agora são repassadas às novas gerações, como já foi aqui mencionado sobre os Borum-Kren, que preservaram suas técnicas medicinais, artesanais, e tantos outros aspectos que agora são disseminados. Isso expressa o movimento de resistência histórica sobre a ameaça de extermínio que lá atrás foi imposto para constituir o território do Quadrilátero Ferrífero.

Não houve um povo sequer no Brasil que não tenha sofrido as consequências da colonização europeia, sejam aqueles que viveram, na maior parte do tempo, isolados dos não-indígenas, quanto aqueles contra os quais houve guerra planejada, declarada e executada. O caso das diferentes etnias Botocudas é exemplar quanto a isso. Vistos pelos portugueses como os indígenas mais temidos por sua resistência impiedosa contra todos os processos de colonização, foram oficialmente perseguidos pela Coroa. (RAMOS, 2023, s/p)

Aqui podemos visualizar que um movimento iniciado séculos atrás vem colhendo seus frutos, ainda que com constantes ameaças. Dessa forma, podemos ver que a guerra a qual esses povos tiveram de lutar é contínua, assumindo novas faces e novos sujeitos, mas ainda é bastante visível que seu fim não está próximo. Contudo, a parcialidade da mídia à serviço das classes em domínio na sociedade à tona intencionalmente invisível aos olhos daqueles que não estão atentos à dinâmica real desses confrontos, visto que muitos desses acontecem em territórios distanciados dos centros onde a maior parte da população se insere.

De toda forma, podemos perceber que as origens da guerra ainda permanecem as mesmas, sendo constante a invasão de territórios para que se possa exercer o extrativismo mineral desordenado. Nesse sentido, os povos são forçados a serem subjugados e com isso tem de adotar mecanismos de resistência para não sucumbir às necessidades do grande capital, que por vezes os impede de vivenciar sua cultura.

Sobre isso, o autor traz o linguista Wilmar D'Angelis, que explica a ocorrência da dizimação de idiomas e povos, bem como o processo de revitalização que se constituiu tempos depois. Observa que o sufocamento de uma língua atua como ferramenta de dominação, que no caso dos indígenas reflete os caminhos portugueses e a catequização imposta durante o período aurífero.

Segundo Wilmar, a repressão à língua é apenas uma faceta da violência colonial contra os povos originários. Ela faz parte de uma estratégia maior de dominação. “Em geral, a repressão à língua é só uma parte da violência que é física. Existem aquelas comunidades que deixam de falar suas línguas diante do fato de que falar a língua é ser identificado como indígena, e ser indígena... bom, é todo o resto: preconceito, violência etc. (RAMOS, 2023, s/p)

Diante disso, podemos associar que a retomada das comunidades indígenas é resultado de uma verdadeira organização para resistir mediante as investidas antes dos colonizadores portugueses, e agora uma forma de desafiar as grandes mineradoras dispostas nos territórios minerados. Contudo, agora é o momento histórico de resplandecer diante toda a violência imposta até os dias atuais e continuar a semear novas sementes.

O ressurgimento de uma etnia (que a antropologia chama de “etnogênese”) exige um esforço de autoconhecimento, recuperação de uma memória coletiva e um autorreconhecimento como grupo identitário. Esse processo é como uma longa viagem de volta. Da mesma forma que a semente que fecunda o solo leva muito tempo para se tornar novamente uma árvore frondosa, uma viagem que pretenda resgatar uma memória ancestral que foi combatida por séculos a fio também será longa, às vezes navegada com fragmentos de informações e cuja estrada possui trechos com vistas deslumbrantes assim como paisagens desoladoras. (RAMOS, 2023, s/p)

Nisso, percebemos a importância de cultivar as memórias ancestrais, sendo este um importante meio para recuperar perdas que em algum momento pode ser vista como irreparável. Contudo pelas vias da resistência vem se tornando cada vez mais próximas as formas de se recuperar pouco a pouco os fragmentos, que decorrem da destruição que marca o período de domínio imposto desde há muito nos territórios mineiros.

Segundo o autor, esse processo de retomada etimológica vem ocorrendo em diversos territórios dispostos ao redor do mundo, onde agora ocorre um grande movimento para sobressair os efeitos da colonização dos países europeus nos séculos passados. O que vem ocorrendo em países da África, nas Américas, da Ásia e também da Oceania, ocorrendo manifestações pela recuperação cultural, e também pela demarcação das terras tomadas forçadamente lá atrás. No entanto, ele destaca os obstáculos para reconhecer que cada território apresenta distintos processos, devido tanto à forma em que se deu a colonização quanto os períodos subsequentes a esse processo. Por exemplo, que alguns povos tiveram de deixar seus territórios, outros tiveram de negar suas origens, outros tiveram de se encaminhar para trabalhos em residências de pessoas nas cidades, etc. Diante disso, podemos perceber que trajetórias diferentes, levam a requisições diferentes, expressando assim as origens de diferentes necessidades para os movimentos de retomada reivindicarem.

É importante ressaltar que o processo de reconhecimento étnico no Brasil segue os preceitos de autonomia e de autodeterminação dos povos, conforme a Constituição Federal brasileira de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989. De acordo com o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Convenção inova ao instituir a autoidentidade como “critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça”. E essa é uma garantia importante de que o ressurgimento de uma etnia ou sua preservação não estejam dependentes de uma avaliação externa aos próprios sujeitos que se reconhecem pertencentes a um povo. (RAMOS, 2023, s/p)

Segundo o autor, o direito constitucional ao autorreconhecimento enquanto pertencente a um grupo indígena caracteriza uma forma de reparar historicamente uma violência, quando os povos indígenas foram forçados a negar sua condição de pertencimento. Contudo, devemos perceber que essa medida chega a nossa sociedade bastante tardiamente e reflete as múltiplas questões que, apesar de serem importantes, não possuem a devida atenção. Nesse sentido, acredito que proteger o presente e o futuro dos povos indígenas é algo urgente em nossa sociedade, organizar resistência consiste frequentemente em grandes desafios que poderiam ser minimizados caso existisse uma maior relevância dada aos acontecimentos do passado.

Uma vez que a semente de um povo originário brota da terra, ela transfere para a muda toda a memória da árvore-mãe, ainda que essa memória leve anos para se firmar no tronco. Tentar cortar essa árvore é atentar contra a terra que a gestou. Ser respeitoso com o processo de autorreconhecimento dos povos significa proteger o passado, o presente e o futuro dos habitantes originários deste território. (RAMOS, 2023, s/p)

Ramos destaca que, apesar do pouco reconhecimento das instâncias governamentais, estão acontecendo avanços através da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que se configura como uma importante frente diante da busca pelo reconhecimento dos direitos desses povos. Em que buscam demarcação de terras, valorização da ancestralidade, reconhecimento como povo originário, fim do genocídio e, principalmente, direito à vida. Sendo que essa luta de reconhecimento dos direitos é bastante ampla, pois envolve o ciclo ininterrupto de exploração desde a colonização há cinco séculos, marcada por divergências políticas e ideológicas, mas também por importantes vitórias. Isto é, *“no Brasil e no mundo, são muitos os exemplos de povos que foram combatidos, perseguidos e mortos, com as mais cruéis e diferentes estratégias, somente para que outros pudessem exaurir o solo em busca de se enriquecerem”* (RAMOS, 2023, s/p)

Os territórios mineiros abrigam até hoje a nocividade trazida no período colonial, o início do ciclo do ouro marca um extermínio expressivo e indiscriminado, uma retirada que vai muito além da extração mineral. O autor menciona até mesmo o desmatamento das árvores Botocudas, anteriormente muito presentes nos territórios mineiros, que foram delegadas à indiferença, e quase ao total apagamento da existência. Essas conforme o autor voltaram a renascer apenas em gerações posteriores no agora Quadrilátero Ferrífero. Dessa forma, acompanhamos também o dilaceramento da fauna, antes tão vasta acolhendo as jazidas de ouro, que por sua grande quantidade despertou o interesse dos colonizadores, enquanto levava aos povos presentes o mascaramento de sua ancestralidade.

Nessa perspectiva Ramos (2023) traz que *“Cegos pelo “ouro preto”, os exploradores do século XVIII e seus descendentes não foram capazes de enxergar as sementes que caíram*

no chão atrás do rastro de destruição que deixaram – e os Botocudos ressurgiram”. Dessa forma, se iniciou o processo de retomada desses povos aos seus territórios originais, comprovando sua revitalização, um novo florescimento Borum-Kren,. Segundo o autor, na cidade de Ouro Preto, com desdobramentos em outros territórios, estão diversos registros da existência desse povo, um importante ponto de referência para a retomada das origens e resgate das raízes históricas. Nesse sentido, aponta que é no território de Ouro Preto onde encontramos os maiores danos causados pela atividade mineradora, as maiores marcas da destruição iniciada no século XVII. Dessa forma, ele destaca que é nessa cidade onde os Botocudos foram submetidos à escravização e ao anonimato, que se inicia esse retorno à base de muita superação diante as estruturas repressivas desde os tempos coloniais.

A luta dos Borum-Kren é, também, por reconhecimento, visto que pela forma como ocorreu a ocupação do território muitos se dissiparam e não voltaram a se reconectar, levando à um presente com dificuldades quanto ao reconhecimento enquanto pessoa indígena.

Sempre me reconheci indígena, mas me declarava como pardo, porque a gente tinha a ideia de que indígena é quem vivia no mato, como muita gente ainda tem”. Esse é o depoimento de Sessé Borum-Kren, que mudou a maneira de se identificar quando descobriu que “pardo” é considerado negro para todos os efeitos no Brasil. (RAMOS, 2023, s/p)

Nesse sentido, podemos perceber através do autor que ocorre um misto de sensações envolvido em todo esse processo de reconhecimento, uma vez que ele apenas é necessário atualmente devido às ocorrências cruéis do passado. O ressurgimento de povo no presente é um reflexo direto das violências sofridas durante o ciclo do ouro, e períodos adjacentes, o que nos possibilita compreender a impetuosidade praticado aos seus antepassados. Sobre isso Ramos (2023, s/p) manifesta que sem o reconhecimento da existência desses povos “o horror da crueldade é atenuado, permitindo que se perpetuem as diferentes violências a que os povos foram submetidos neste território e transformando o passado de construção do país numa memória romantizada”.

Diante a isso, considero que a atenuação dos acontecimentos do passado, é fruto da forma em que a história de nossos territórios são contadas, em que ocorre um embaçamento de pontos críticos devido aos registros históricos serem bastante parcializados, e até mesmo reproduzidos em favor das classes dominantes.

Esse “problema de memória” é comum no Brasil. A região dos Inconfidentes, por exemplo, segundo relatos de moradores, guarda vestígios dos Botocudos que viviam lá quando chegaram os homens atrás do ouro. No entanto, mineradoras ou outras atividades extrativistas nem sempre são particularmente cuidadosas com os memoriais que a terra guarda. (RAMOS, 2023, s/p)

Entendo que o problema de memória precisa ser refletido como uma perda que é imposta historicamente e a quem ela é conveniente. Percebo a falta de memória dos brasileiros como uma construção histórica que se efetiva em favor dos que estão no poder, desde o período colonial, beneficiando aqueles que estão nas posições de domínio. Considero a falta de memória como um dos resultados da nossa formação social, que está cotidianamente contribuindo para o não (re)conhecimento de nossa própria história.

Não existe no Brasil uma real exposição sobre a ocorrência real de diversos fatos históricos, a colonização dos territórios do país pouco é disseminada em suas reais faces, a ideia que se faz presente por aqui é de que a ignorância é uma benção. Dessa forma, se torna cada vez mais distante à organização da sociedade de forma geral em movimentos que cobrem a reparação histórica sobre as diversas injustiças que perduram ao longo do tempo.

Sessé conta que a mineradora que atua no bairro Bocaina, em Ouro Preto, é uma delas: “Há relatos de uma urna indígena que foi encontrada aqui na região e a mineradora fez uma pilha de estéril em cima do local onde a urna estava”. É comum ouvir por lá, mesmo de funcionários públicos, que “aqui não tem índio”. Não como se tivesse havido antes e tivessem sido exterminados, mas no sentido de nunca ter havido indígenas na região de Vila Rica. “Eles nem falam que acabaram, eles falam que não tinha [indígenas]. Só pegando os documentos antigos e rodando pelos distritos de Ouro Preto é que você vê essa população indígena que ainda está presente. A região aqui é cheia de vestígios arqueológicos”. (RAMOS, 2023, s/p)

Dessa forma, podemos perceber que muitos dos registros históricos são desconhecidos, ou até mesmo encobertos para que o conhecimento da realidade nos escape. Assim, muitos não reconhecem suas origens e a importância do pertencimento, fazendo com que seja necessário estimular a busca pelo reconhecimento como parte de um povo, ampliando o entendimento das violências sofridas no passado para lutar contra elas no presente. Por isso, é preciso desconstruir o abismo existente entre a sociedade e a história que os livros não contam. A ausência desse conhecimento é um fator importante para o atraso em curar as feridas abertas em nossa história, permitindo a aceitação das desigualdades em nosso território iniciada há séculos atrás. É essencial corrigir as desarmonias passadas para avançarmos no conhecimento das raízes de nossos antepassados.

O que ficou silenciado, o que ficou escondido porque não era compreendido como parte importante da história, como patrimônio cultural, hoje deve ser recepcionado e reconhecido, não porque o poder público é ‘bonzinho’, mas porque as comunidades estão se autor reconhecendo, se resignificando e compreendendo os seus direitos de voz e de manifestação, e exigindo que as políticas públicas reconheçam sua história, seu patrimônio, suas vivências e seus valores como parte da história do município, do estado, do país. (RAMOS, 2023, s/p)

Segundo o autor, é por essa via que os Borum-Kren conseguiram se fortalecer, e se reorganizar. O cacique Danilo inclusive destaca a necessidade de que exista a disseminação sobre a realidade histórica do seu povo, de que o território por eles ocupado é o mesmo desde

sempre, e que ainda existem muitas pessoas que fazem parte dessa população, e não conseguem ainda se reconhecer.

Quando pensamos em reconhecimento tardio, podemos elencar ainda as Comunidades quilombolas de Mariana, que receberam o certificado de reconhecimento apenas em 2015, como traz o site *Território Express*³.

Nesse momento como traz o autor surge um povoamento mais urbanizado, que, no entanto, não anulava os meios de trabalho análogos ao período anterior, visto que os negros agora se estabeleciam em novas relações de exploração, que forçava a necessidade de se organizar em grupos de resistência, dessa forma se formavam os quilombos.

Segundo o autor, essas comunidades já existiam mesmo antes da abolição da escravatura e se mantêm historicamente até os dias atuais, como os quilombos de Vila Santa Efigênia, Imbaúba, Engenho Queimado e Crasto, sendo essas algumas das organizações que detém o título de reconhecimento concedido pela Fundação Cultural dos Palmares. Além disso, o autor traz as comunidades como, Barroca, Pombal, Campinas, um grupo de pessoas em uma rua de Furquim que ainda não obtiveram o reconhecimento.

Segundo o autor essas comunidades trazem todo aparato cultural de gerações, tendo assim como nos casos das organizações indígenas uma grande ligação com a herança cultural dos antepassados, e forte conexão com o território em que estão inseridas. Historicamente tem em comum também sua organização como um meio para escapar das violências que lhes foram impostas, tendo nos quilombos um meio para encontrar um lugar de segurança, que mesmo após a abolição não se tornou algo concreto.

Portanto, o reconhecimento dessas comunidades é um importante meio para assegurar alguns direitos historicamente negligenciados, sinalizando avanços, embora persistam diversos atrasos em relação ao preconceito racial e tantas outras formas de desigualdade.

³ O site traz sobre toda a arquitetura histórica e reconhecida de cidade serem fruto da exploração da mão de obra escravizada no século XVII, e no século XVIII no período pós abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em minha pesquisa bibliográfica, aconteceu uma busca para que pudesse haver uma aproximação crítica em relação às referências sobre a constituição histórica de Minas Gerais através dos séculos. Da qual pude perceber a diversidade que se desenvolve nesses territórios e os vários aspectos que o particulariza.

Observei a necessidade de persistir nos estudos sobre a perspectiva de formação desse território, visto que tão grande é sua diversidade. Além disso, constantemente novas características que se desenvolvem em meio às novas organizações societárias, que trazem novas demandas socioassistenciais. Continuidade e mudanças que deflagram às condições de vulnerabilidade que resultam da histórica atividade mineradora.

Diante disso, procurei encontrar respostas para minha pergunta inicial, ao qual destaco ser “*Quais elementos históricos particularizam a constituição do território de Minas Gerais?*”. Então, a partir dessa questão e através da pesquisa por fontes para construir o desenvolvimento deste trabalho, pude entender melhor as particularidades históricas que se desenvolvem nos territórios de Minas Gerais, visando a especificidade do quadrilátero ferrífero.

No andamento da pesquisa pude identificar elementos importantes para entender a permanência da exploração mineral que acontece a tanto tempo no estado de Minas Gerais. Dessa forma, consegui assimilar quem são os sujeitos desde muitos séculos impactados pelas desigualdades impostas a partir do período colonial. Assim, acredito que sanei um pouco da minha curiosidade quanto a dissimulação que existe na história do nosso país, entendendo essa como uma estratégia de controle social sobre os sujeitos desde o princípio de nossa formação social.

Para entender as faces da constituição histórica do território mineiro, foi necessário pesquisar em diversas fontes devido à dimensão de informações sobre o tema. Tendo essa temática distintas referências, que apresentam, no entanto, uma grande proximidade em reconhecer as vítimas históricas da mineração nesse território, e alguns dos fatores que garantem sua continuidade.

Com base nas referências trazidas, consegui qualificar meu conhecimento acerca das particularidades históricas que o território de Minas Gerais, sendo sua vasta disponibilidade de minérios um intensificador das dinâmicas de exploração. Diante disso, desenvolvi meu primeiro capítulo ao iniciar esse trabalho, que tem por título “Das minas às ruínas: Os caminhos da mineração na rota de devastação”. No qual observei que o território mineiro se desenvolve conjuntamente ao favorecimento econômico da metrópole Portugal, sendo desde seu início

voltado ao enriquecimento de países europeus sem se preocupar com as necessidades dos povos que aqui antes estavam inseridos. Consegui associar que as desigualdades sociais são historicamente vinculadas ao genocídio ocorrido no século XVII, visto que mesmo com a mudança dos séculos continuaram a prevalecer os interesses privados sobre as reais necessidades dos povos aqui estabelecidos.

Consegui estabelecer através deste capítulo, que os “acidentes” na história da mineração, tem desde muito tempo um histórico de penalizar suas vítimas, negando-lhes alternativas para sobressair a sua dominação. Foi muito evidente nas referências trazidas neste capítulo que o encobrimento na história da constituição dos territórios mineiros tem relação direta com a estabilidade que a mineração vivência ainda nos períodos atuais.

Neste capítulo é possível constatar as inúmeras disputas de poder pelos territórios e também pelos minérios que dele derivam, como resultado da inércia do estado em salvaguardar e estabelecer o fortalecimento dos direitos dos povos originários. Tornando a luta muito desigual, pois além das camadas dominantes contarem com o apoio do Estado que historicamente fecha os olhos diante das injustiças cometidas. Permitindo que atualmente essas sejam pouco conhecidas, levando à perpetuação do ciclo ininterrupto de exploração.

Um ponto que considero de grande importância trazer sobre esse capítulo, é sobre o papel da mídia em ampliar a falta de reconhecimento sobre os acontecimentos do passado. Uma vez que pude perceber que historicamente, por ela está a serviço das camadas dominantes, exhibe muito pouco sobre a realidade dos períodos passados. Visto que essas são questões que têm grande importância e que deveriam ser amplamente divulgadas, para que a sociedade alcançasse o verdadeiro reconhecimento acerca das violações de direito que marcam nosso território.

Dessa forma, avalio o primeiro capítulo deste trabalho como uma importante síntese sobre como ocorreu o aparecimento e a perpetuação de tantas desigualdades em nossa sociedade mineira, no imediato período colonial. Compreendo que nosso território tem por particularidade o acirramento dessas desigualdades como resultado do grande número de recursos minerais que aqui estão inseridos, dessa maneira se configurou uma lógica mercadológica pela via da propriedade privada, sobrepondo a conceituação territorial trazida pelos povos originários.

No segundo capítulo deste trabalho, desenvolve-se uma pesquisa sobre como os acontecimentos dos séculos anteriores impactaram nos tempos mais próximos. Nesse momento, podemos assimilar as condições que o desenvolvimento da mineração nos territórios trouxe para a reprodução das populações que aqui se estabeleceram historicamente.

Neste capítulo denominado “O desenvolvimento territorial, e as consequências do extrativismo desordenado”, podemos acompanhar os impactos que persistem através do tempo

como resultado do desempenho despreocupado do território mineiro, não apenas do ponto de vista geográfico. Mas também, os danos para a população que habita esses territórios, vistos agora de forma mais transparente. Momento em que torno mais notável os danos trazidos pela mineração principalmente quando pensamos na saúde das populações inseridas nesses locais. Possibilitando evidenciar que a mineração é fator potencializador para o desenvolvimento de doenças físicas e mentais em parte da população.

Podemos acompanhar também os impactos da dominação imposta lá atrás, percebendo que quase foi alcançado o sucesso dos opressores em extinguir as raízes de nossa formação social. Contudo, conseguimos visualizar neste capítulo que a luta não acabou, podemos conhecer a força de luta dos povos remanescentes em resistir sobre os domínios do capital para restaurar sua cultura ancestral.

Por fim, este capítulo traz questionamentos sobre como será o futuro do território mineiro quando se esgotarem seus recursos minerais, ou quando a economia mineradora já não for mais tão interessante e rentável. O que acontecerá com as populações inseridas nesses locais quando chegar ao fim a exploração das grandes mineradoras? Como serão as ruínas deixadas nos territórios?

Estas são algumas das muitas dúvidas que me cercam quando penso na mineração em Minas Gerais, visto que essa se consolidou trazendo incontáveis danos não somente à população humana, mas ao território como um todo. A mineração, portanto, teve sua permanência interligada ao esgotamento de diversas fontes de vida natural, sem que ocorresse alternativas significativas para o restabelecimento em algum período próximo. Sobre essa questão, penso o desenvolvimento dos movimentos de resistência como um grande apoio na luta sobre as expressões deixadas pela devastação mineral, porém estas ainda não são suficientes para preencher as contradições deixadas após tantos séculos, mesmo que conquistando importantes avanços atualmente.

Contudo, percebo que mesmo com as referências trazidas neste trabalho, me falta muito a conhecer sobre a constituição histórica de Minas Gerais. Os séculos passados me despertaram muito interesse, porém acredito ser essencial me aproximar mais da realidade do tempo presente sobre a questão mineral nestes territórios.

Tenho entendido que apesar de ter me aproximado bastante da temática no desenvolver deste trabalho, muito ainda é por mim desconhecido. Acredito, que ainda há muito a ser observado, e principalmente muito a se conhecer, nesse sentido destaco minha vontade em alcançar uma maior conscientização sobre as resistências que se formam em decorrência da atividade mineradora e seus efeitos. Sendo essencial conhecer os relatos dos que vivem

cotidianamente de forma mais escancarada os efeitos da devastação. Para que possa me aproximar da vivência daqueles que foram historicamente silenciados. Podendo até mesmo reconhecer importantes perspectivas que contribuirão para minha formação pessoal e profissional.

Contudo, destaco que acredito já ter conquistado importantes avanços em entender as particularidades inseridas neste território. Penso ainda, que a escolha por desenvolver esse trabalho sobre a constituição histórica do estado de Minas Gerais, foi bastante importante para ampliar minha percepção sobre a ancestralidade de alguns grupos sociais. Despertando em mim um maior entendimento sobre as peculiaridades da formação social e a necessidade de se combater o monstro que conduziu os povos que aqui habitam à tanta complexibilidade e desigualdade.

Por isso, finalizo este trabalho com uma grande sensação de aprendizado e reconhecimento. Minha pesquisa permitiu compreender mais profundamente sobre a realidade ao qual estou inserida, portanto, acredito que a experiência ao desenvolvê-lo foi bastante enriquecedora e positiva, mesmo que em muitos momentos o que mais me passasse fosse à incerteza em como continuar. O reconhecimento de que falta muito a ser conhecido, portanto, intensifica a necessidade de novas pesquisas para que eu possa decifrar outras dúvidas. Por isso, encerro este trabalho pensando as tantas dimensões que o conflito da mineração nos traz ao se pensar presente e futuro. Os territórios são conformações bastante complexas, onde habitam diversas particularidades, que ainda tenho grande entusiasmo para percorrer, buscando não apenas suavizar minhas limitações quanto a essa realidade. Mas, principalmente pensando novas alternativas para investigar o futuro de todos os elementos que envolvem essa luta pela superação do domínio do capital, sob as relações sociais, e também desenvolver o que conheci sobre as particularidades aqui existentes.

ANEXOS

		CRONOGRAMA						
ETAPAS		2023						
		JAN	FEV	MAR	MAI	JUN	JUL	AGO
T C C I	Elaboração da introdução (apresentação e metodologia)	■	■					
	Elaboração do Capítulo I		■	■				
	Normalização ABNT			■				
	Entrega do projeto			■				
	Apresentação Oral do Projeto			■				
T C C II	Revisão do Projeto				■			
	Aprimorar o Capítulo I				■	■		
	Elaboração do Capítulo II					■	■	
	Elaboração das Considerações Finais						■	
	Entrega da pesquisa a banca							■
	Defesa Pública							■
	Correções e submissão ao SISBIN							■

REFERÊNCIAS

BAETA, Alenice; MOREIRA, Gilvander. **Memória Indígena Borum Kren na região de Ouro Preto, Minas Gerais**. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES, 2022. Disponível em: cedefes.org.br/memoria-indigena-borum-kren-na-regiao-de-ouro-preto-minas-gerais/

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção educação para todos. Série Vias dos Saberes no 1. Brasília, novembro de 2006.

BERTONI, Estêvão. **As vítimas da mineração no Brasil ao longo da história**. 2019. Disponível em: <https://dmttemdebate.com.br/AsvítimasdamineraçãonoBrasilaolongodahistória.pdf>

Canal Curta História. **Série Inconveniências Históricas**. Responsável: Professora Claudia Monteiro - Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCOsEBzGtEr--NceH5SkyZiw>

CARVALHO, Leonam Maxney. **História Oral, Territorialidades e Identidades Quilombolas: Furquim, Mariana, Minas Gerais**, 2019. Disponível em: Vista do História Oral, Territorialidades e Identidades Quilombolas (unesp.br)

Comunidades quilombolas de Mariana, recebem o certificado de reconhecimento. Acervo combate racismo ambiental. Território express, 2015. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/09/15/comunidades-quilombolas-de-mariana-recebem-o-certificado-de-reconheciment>

Conheça a história do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/historia>

Documentário “AmarElo - É Tudo Pra Ontem”. Emicida, Leandro Roque de Oliveira. Produzido pela Netflix em parceria com o Laboratório Fantasma, em 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa?** 4.ed. São Paulo. Atlas, 2002. DESLANDES, Sueli Ferreira. Capítulo II - O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Programa de Pós-Graduação em História.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Capítulo I: O movimento negro como ator político. Páginas 21-36. Editora Vozes, 2017. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

Histórias, fotografias e significados das igrejas mais bonitas do Brasil. Disponível em: Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz – Ouro Preto, Minas Gerais – Histórias, fotografias e significados das igrejas mais bonitas do Brasil (sanctuararia.art)

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Capítulo I. Marxists Internet Archivs Disponível em: (marxists.org)

MASCARENHAS, Raquel Mota. **Questão social, mineração e serviço social: Reflexões a partir da região dos inconfidentes**. Capítulo II: Duas faces do mesmo monstro. Mariana, MG, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. DESLANDES, Sueli Ferreira. Capítulo II - O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

RAMOS, Leonardo. **Ressurgimentos Originários – As árvores e as sementes**. Lei.a, 2023. Disponível em: Ressurgimentos Originários – As árvores e as sementes – Lei.A (leia.org.br)

RAMOS, Leonardo. **Ressurgimentos Originários – Os frutos**. Lei.a, 2023. Disponível em: Ressurgimentos Originários – Os frutos – Lei.A (leia.org.br)

REIS, Liana; SOUZA, Tânia Maria F. de. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: **Uma análise comparativa introdutória**. In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira.**, 12, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

RIBEIRO, Núbia Braga. **A Guerra sanguinolenta aos índios no sertão colonial. Universidade de São Paulo – USP-SP**. Revista de história e estudos sociais. Vol. 6, Ano IV, número 4. outubro/novembro/dezembro, 2009.

SILVA, Olintho Pereira da. **A mineração em Minas Gerais: Passado, presente e futuro**. Periódicos UFMG. Geonomos - v.3 n. 1 (1995).

TROCATE, Charles. COELHO, Tadzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. 1.ed. — São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

VALADARES, Rubem de Mesquita. **A resistência negra e quilombola: Um reflexo das memórias históricas da sociedade escravista do século XIX**. XIII Encontro estadual de história. História e Mídias: Narrativas em disputa, 2020.

Povo indígena de Ouro Preto, os Borum Kren lutam por demarcação de terra. Estado de Minas. Estado de Minas. Notícia e Diversidade, 2023. Disponível em: Povo indígena de Ouro Preto, os Borum Kren lutam por demarcação de terra - DiversEM - Estado de Minas